

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PÓLO DE FAXINAL DO SOTURNO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSAS DE
PERMANÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PAMPA POR SEUS USUÁRIOS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Rafaela Rios

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSAS DE PERMANÊNCIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA POR SEUS
USUÁRIOS**

por

Rafaela Rios

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública, modalidade EaD, Área de Concentração em Gestão Pública, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Pública**

Orientador: Prof. Dr. Breno Augusto Diniz Pereira

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Pólo de Faxinal do Soturno
Curso de Especialização em Gestão Pública
Modalidade EaD**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Pós-Graduação

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSAS DE PERMANÊNCIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA POR SEUS USUÁRIOS**

elaborada por
Rafaela Rios

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Pública

COMISSÃO EXAMINADORA:

Breno Augusto Diniz Pereira, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Kelmara Mendes Vieira, Dr^a. (UFSM)

Juliano Nunes Alves, Me. (Unicruz)

Santa Maria, 24 de setembro de 2011.

Dedico este trabalho ao meu Deus, por fazer com que eu prossiga na caminhada, e à minha família, com quem eu sempre posso contar.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, meu profundo agradecimento por essa conquista, e por me fazer seguir em frente, sem deixar de sonhar e querer.

A minha família, por sempre me apoiar quando preciso.

A Carol, pelo incentivo e por ter me ajudado com o projeto inicial.

A professora Laura, por ter me autorizado a realizar essa pesquisa.

Ao professor Norberto, pelas contribuições e pelo respeito incondicional.

A UNIPAMPA, por me propiciar tantos desafios e aprendizados.

A UFSM, por ter me enriquecido profissionalmente, com conhecimentos essenciais para o exercício do serviço público.

As colegas Eliane e Luciana, companheiras de estudo, de viagens e de apreensões.

As colegas Katiúcia, Lisiane, Geisiane, Tonia, Maria Fernanda, Ana Cristina, Melissa, Miriam, Henrykheta, Cirila e Liara, o meu carinho, por terem acolhido novamente meu pedido.

Aos alunos da UNIPAMPA, por entenderem e atenderem a essa proposta.

A tutora Sally, por ter sido uma ótima profissional e uma grande amiga.

A tutora Andreia, pela presteza com que atendeu às minhas solicitações.

Ao professor Wittmann, pelos pontuais auxílios, o que reforça a minha admiração.

Ao professor Breno, por aceitar ser meu orientador e por ter me mostrado em todas as intervenções o quão acertada foi minha escolha.

Ao professor Juliano, meu agradecimento pela valiosa contribuição, seja pelas sugestões textuais, quantos pelos esclarecimentos e auxílio com a tabulação.

À professora Kelmara, por ter aceitado compor a banca.

As bolsistas Evelise e Paola, por terem me disponibilizado materiais tão úteis.

Aos colegas da PRAEC, pela compreensão e pelo apoio.

RESUMO

Monografia de Conclusão de Curso de Especialização
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Federal de Santa Maria

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSAS DE PERMANÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA POR SEUS USUÁRIOS

Autora: Rafaela Rios

Orientador: Prof. Dr. Breno Augusto Diniz Pereira

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 24 de setembro de 2011.

Este trabalho analisa o Programa Bolsas de Permanência (PBP) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), na perspectiva dos alunos beneficiados. O estudo, de caráter exploratório, envolveu a realização de pesquisa qualitativa e quantitativa. A qualitativa, na forma de pesquisa bibliográfica e documental, subsidiou a formulação do instrumento de pesquisa e a compreensão de aspectos relacionados ao ensino superior, à assistência estudantil e ao novo modelo de gestão pública, bem como aqueles relativos à implantação da UNIPAMPA e a concepção do Programa Bolsas de Permanência. A quantitativa, por sua vez, consistiu em pesquisa de campo, com a aplicação de um questionário estruturado, contendo 37 questões, contemplando três grupos de investigação: o perfil do aluno-bolsista, a eficiência percebida do programa, e as necessidades em relação à assistência estudantil. Dos 286 questionários da amostra, 220 foram respondidos, durante os meses de abril e maio de 2011. Os questionários foram tabulados com o auxílio do *software* SPSS e analisados por meio de estatística descritiva, através de frequência, e em conteúdo. A pesquisa revelou, de forma geral, que os beneficiários recebem as três modalidades de auxílios do programa (Alimentação, Moradia e Transporte), apresentam uma renda familiar mensal inferior a dois salários mínimos nacionais, são jovens, dependentes economicamente dos pais ou familiares, estudam no período diurno e têm como principal reivindicação um restaurante universitário. Embora o programa tenha sido apontado como responsável por viabilizar a permanência na universidade, os alunos manifestaram a necessidade de adequação dos valores pagos, pois são insuficientes.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Gestão Pública; Educação Superior.

ABSTRACT

Final Monograph in Specialization Course
Post-Graduation Program in Public Management
Center for Social and Human Sciences
Federal University Santa Maria

EVALUATION OF THE PERMANENCE SCHOLARSHIPS PROGRAM AT THE PAMPA FEDERAL UNIVERSITY BY ITS USERS

Author: Rafaela Rios

Supervisor: Prof. Dr. Breno Augusto Diniz Pereira

Date and Place of Defense: Santa Maria, September 24th, 2011.

This paper analyses the Permanence Scholarships Program at Pampa Federal University (UNIPAMPA) through the perspective of the benefited students. The study, of exploratory character, involved the realization of a quantitative and qualitative research. The qualitative one, which was carried out as a bibliographic and documental research, subsidized the formulation of the research instrument and the comprehension of aspects related to the higher education, students' assistance and the new model of public management, as well as those related to the implementation of UNIPAMPA and the conception of the program. The quantitative one, consisted of a field research, with the application of a structured questionnaire composed of 37 questions, contemplating three areas of investigation: the profile of the students awarded with scholarships, the program's efficiency noticed and the needs in relation to students' assistance. 220 out of the 286 questionnaires of the sample were answered between April and May 2011. The questionnaires were tabulated with the help of the SPSS software and analyzed by descriptive statistics, through frequency and content. The research has revealed, as a whole, that the benefited students receive the three kinds of assistances of the program, present a monthly family income lower than two national minimum wages, are young, economically dependent on parents or relatives, study during daytime and have as main claim a university restaurant. Although the program has been recognized as the responsible for enabling the permanence in the university, the students have expressed the necessity for adequacy of the amount of money paid because they are insufficient.

Key words: Students' Assistance, Public Management, Higher Education

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Cursos de graduação da UNIPAMPA em 2011 | 22 |
| Quadro 2 – Cursos de pós-graduação da UNIPAMPA em 2011 | 23 |
| Quadro 3 – Alunos beneficiados pelo PBP com modalidade concedida | 30 |
| Quadro 4 – Número de respondentes por unidade | 34 |
| Quadro 5 – Síntese das respostas quanto à suficiência das bolsas | 57 |
| Quadro 6 – Síntese das respostas quanto ao grau de satisfação..... | 59 |
| Quadro 7 – Síntese das opiniões sobre o PBP por seus bolsistas..... | 68 |
| Quadro 8 – Síntese geral dos resultados | 71 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – População e Amostra do PBP em 2011 | 31 |
| Tabela 2 – Quantidade de bolsistas por combinação de bolsas | 36 |
| Tabela 3 – Auxílios recebidos por modalidade..... | 37 |
| Tabela 4 – Sexo do grupo pesquisado..... | 37 |
| Tabela 5 – Faixa etária..... | 38 |
| Tabela 6 – Origem por cidade | 38 |
| Tabela 7 – Origem por estado..... | 39 |
| Tabela 8 – Origem por ambiente..... | 40 |
| Tabela 9 – Estado civil dos alunos | 41 |
| Tabela 10 – Número de respondentes por unidade | 41 |
| Tabela 11 – Semestre dos alunos..... | 42 |
| Tabela 12 – Turno dos respondentes..... | 43 |
| Tabela 13 – Diplomados..... | 44 |
| Tabela 14 – Espaço de conclusão da educação básica..... | 44 |
| Tabela 15 – Repetência na educação básica..... | 45 |
| Tabela 16 – Curso preparatório..... | 46 |
| Tabela 17 – Principal motivo de escolha do curso | 46 |
| Tabela 18 – Renda familiar mensal..... | 47 |
| Tabela 19 – Número de dependentes da renda..... | 48 |
| Tabela 20 – Principal provedor da família | 49 |
| Tabela 21 – Grau de escolaridade do principal provedor..... | 50 |
| Tabela 22 – Com quem mora..... | 50 |
| Tabela 23 – Posse de computador..... | 52 |
| Tabela 24 – Local de acesso a Internet..... | 52 |
| Tabela 25 – Bens imóveis da família | 53 |
| Tabela 26 – Veículos da família | 53 |
| Tabela 27 – Forma de manutenção do aluno..... | 54 |
| Tabela 28 – Renda de manutenção mensal..... | 35 |
| Tabela 29 – Áreas demandantes de ações de Assistência Estudantil | 56 |
| Tabela 30 – Suficiência das bolsas | 57 |
| Tabela 31 – Satisfação em relação ao PBP | 58 |
| Tabela 32 – Dificuldade de freqüentar | 60 |
| Tabela 33 – Dificuldade de ingresso | 61 |
| Tabela 34 – Participação em eventos | 62 |
| Tabela 35 – Participação em projetos | 63 |
| Tabela 36 – Situação sem os benefícios..... | 64 |
| Tabela 37 – Notas concedidas às etapas e processos | 67 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.1 | Objetivos da Pesquisa | 11 |
| 1.1.1 | Objetivo Principal | 12 |
| 1.1.2 | Objetivos Específicos | 12 |
| 1.2 | Justificativa | 12 |
| 1.3 | Estrutura do Trabalho | 13 |
| 2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 14 |
| 2.1 | O Novo Modelo de Gestão Pública | 14 |
| 2.2 | A Assistência Estudantil como Assistência Social | 16 |
| 2.3 | A Assistência Estudantil nas IFES | 17 |
| 2.4 | A Universidade Federal do Pampa | 21 |
| 2.5 | A Política de Assistência Estudantil da UNIPAMPA | 24 |
| 2.6 | O Programa Bolsas de Permanência | 26 |
| 3 | METODOLOGIA | 29 |
| 3.1 | Método de Pesquisa | 29 |
| 3.2 | População e Amostra | 30 |
| 3.3 | Coleta, Tratamento e Análise dos Dados | 33 |
| 4 | RESULTADOS | 36 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 73 |
| 6 | REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO | 77 |
| 7 | APÊNDICES | 82 |
| 8 | ANEXOS | 86 |

1 INTRODUÇÃO

A democratização do acesso à educação ganhou destaque crescente nos últimos anos, estando cada vez mais presente nas agendas governamentais. A sociedade brasileira assistiu a uma ampliação geral das medidas de acesso e de inclusão na educação superior, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a adoção do sistema de cotas sociais e raciais, a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), dentre outras, as quais vieram acompanhadas de um aumento gradativo de investimentos.

Nesse contexto, a assistência estudantil ganha notório destaque, pois de nada adianta a inclusão de alunos se não houver um esforço paralelo no sentido de garantir a permanência destes na instituição, com a conclusão do curso com êxito.

Assim, pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, a assistência estudantil é consagrada política de Estado, com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Sendo que, no Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), já constava, em seu artigo 2º, inciso V, como uma de suas diretrizes, a “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil”.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil atribui às instituições federais de ensino superior a responsabilidade pelo desenvolvimento de ações de assistência estudantil, que significa dar condições de permanência e de conclusão do curso a estudantes de cursos presenciais de graduação, viabilizar igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e para a redução das taxas de retenção e evasão, tendo como público prioritário os estudantes provindos da rede pública de ensino ou com uma renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

Anteriormente a este fenômeno, ganhou força na Administração Pública a idéia de que era necessária a implantação do modelo gerencial, que preconiza a modernização e a qualificação da gestão, o que justificou a inclusão do princípio da

eficiência na Constituição brasileira, por meio da Emenda Constitucional nº 19, de 1998.

Neste novo modelo de gestão pública o foco passa a ser a satisfação do cidadão-usuário, tal qual uma empresa privada volta-se para seus clientes. Cabe então ao Estado atender ao interesse do usuário, fornecendo um serviço com mais qualidade e eficiência, sem descuidar do cumprimento da legislação.

Para isso, recursos caros à administração de empresas devem ser incorporados, tais como conhecer o perfil, as dificuldades, necessidades, preferências e desejos dos usuários, a fim de embasar o processo de tomada de decisão e as propostas de melhorias, e assim atender de fato ao interesse público.

Desta forma, o presente trabalho busca analisar um programa de assistência estudantil de uma universidade federal presente no interior do estado do Rio Grande do Sul, por intermédio de seus usuários, ao mesmo tempo em que traça seu perfil e investiga suas necessidades e expectativas. A escolha desta temática decorre da vinculação da pesquisadora à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

O estudo realizado percorreu basicamente três momentos: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Com as pesquisas bibliográfica e documental buscaram-se subsídios para a compreensão dos aspectos relacionados ao ensino superior, à assistência estudantil, ao novo modelo de gestão pública, à política adotada pela universidade em foco e ao programa de assistência estudantil objeto de análise.

O terceiro momento foi o de coleta de dados, que envolveu a aplicação de um questionário destinado aos usuários dos auxílios concedidos pelo Programa Bolsas de Permanência. Basicamente, o problema da pesquisa pode ser sintetizado da seguinte forma: "Qual a avaliação feita do Programa Bolsas de Permanência (PBP) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) por seus usuários?"

1.1 Objetivos da Pesquisa

A seguir, são abordados os objetivos da pesquisa, partindo-se do principal para os específicos.

1.1.1 Objetivo Principal

O objetivo geral do trabalho consiste em avaliar a eficiência do Programa Bolsas de Permanência (PBP) da Universidade Federal do Pampa, sob uma perspectiva dos acadêmicos beneficiados pelo programa.

1.1.2 Objetivos Específicos

A partir do objetivo principal desenvolveram-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar e segmentar o perfil sócio-econômico e demográfico dos bolsistas;
- Avaliar a eficiência percebida do programa pelos bolsistas; e
- Fazer um levantamento das necessidades ou demandas apontadas pelos bolsistas em relação ao programa e à assistência estudantil.

1.2 Justificativa

Embora a assistência estudantil ocupe um espaço central na atualidade, no que se refere a possibilitar a permanência do aluno na instituição, verificou-se que a temática não tem sido muito explorada na literatura, em termos de avaliação de programas.

Este estudo pode então contribuir para a literatura da área, se constituindo em material sistematizado, inclusive para as trocas de experiências no âmbito do Fórum Nacional de Pró-Reitores em Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). E, para a UNIPAMPA, pode embasar decisões importantes, de forma articulada, em relação a processos, programas e resultados, ao fornecer dados concretos dos principais demandantes de ações de assistência estudantil.

1.3 Estrutura do Trabalho

No que tange à estrutura, o presente trabalho inicia com uma discussão a respeito do novo modelo de gestão pública, passando a seguir para um breve histórico da assistência estudantil brasileira, sem, contudo, realizar aprofundamentos em relação à política de assistência social e ao papel da universidade na sociedade.

A seguir, realiza-se uma análise da UNIPAMPA e de seus programas de assistência estudantil, sendo focado o Programa Bolsas de Permanência.

Em capítulos subsequentes, a metodologia adotada na pesquisa é apresentada e os resultados obtidos são expostos. Por fim, as considerações finais apresentam uma síntese da pesquisa e oferecem proposições à instituição.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Inicialmente, a fundamentação teórica discorre sobre o novo modelo de gestão pública e a seguir adentra na questão da assistência estudantil. Após, se apresenta a universidade em foco, sua política de assistência e seu programa de permanência.

2.1 O Novo Modelo de Gestão Pública

As mudanças realizadas na Constituição Federal por ocasião da Reforma Administrativa de 1998 impactaram as diretrizes estruturantes do Estado e da Administração Pública no Brasil, inaugurando uma era marcada pela introdução de inovações gerenciais na gestão pública brasileira.

A modificação e a modernização das estruturas produtivas e econômicas das sociedades capitalistas ao longo dos anos passariam a exigir as correspondentes transformação e modernização dos procedimentos de gestão utilizados pela Administração Pública (COELHO, 2009, p. 64).

Nesse contexto, Bergue (2010, p. 44) destaca a importância da Emenda Constitucional nº 19/98, que incluiu o princípio da eficiência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, como expressa o *caput* do artigo 37 da Constituição, e que incorporou outros conceitos caros à Administração, como a gestão pela qualidade, o conceito de produtividade, economicidade, racionalização, desempenho, etc.

Como bem observado por Coelho (2009, p. 59), é do interesse público que os tributos pagos sejam utilizados não apenas de forma legal, impessoal, moral e pública, mas também de forma eficiente, ou seja, com a melhor relação custo-benefício.

Um dos conceitos consolidados na esfera privada e transposto para a reforma gerencial é o de administração voltada para o cidadão, tal qual o conceito de foco no cliente. Bergue (2010, p. 40) relaciona este valor a algumas tecnologias e práticas, utilizadas para a concretização do modelo gerencial, tais como a gestão por programas, ouvidorias, prestação de contas, gestão pela qualidade, gestão por processos, audiências públicas e planejamento estratégico.

Nesse sentido, é pertinente fazer um paralelo com o conceito de *marketing*, amplamente focado pelas organizações privadas. Para Kotler (1985), *marketing* é a atividade humana dirigida para a satisfação das necessidades e desejos através dos processos de troca de produtos e valores. Isso justifica a necessidade de investigar o cliente, conhecer suas necessidades, seus desejos, seu perfil.

Assim, o presente trabalho busca analisar um programa de assistência estudantil, de uma instituição federal de ensino superior, sob a ótica de seus usuários, ao mesmo tempo em que busca traçar um perfil e levantar necessidades deste público. A análise também é feita sob a perspectiva dos resultados almejados pelo programa e dos processos e agentes envolvidos.

Sem adentrar na distinção conceitual entre eficiência, eficácia e efetividade, o estudo considera que atingir os resultados da melhor forma, por parte da Administração Pública, envolve abranger também os processos e agentes nos mesmos valores e práticas adotadas pela Constituição.

Além de conduzir a uma leitura sobre a adoção do modelo gerencial na Administração Pública, a temática permitiu uma reflexão sobre a assistência social no Brasil, sobre a própria assistência estudantil, e sobre os mecanismos de definição de políticas públicas.

Cabe constar que, em uma universidade, “o foco no cliente” é primordial para evitar a evasão de alunos, para viabilizar o ingresso e para garantir a permanência dos alunos.

2.2 A Assistência Estudantil como Assistência Social

A assistência está presente na sociedade há muito tempo, como contraponto às desigualdades sociais. Contudo, acompanhando as mudanças ocorridas na sociedade, com o despertar para novas formas de enfrentamento da questão social, a assistência passou de prática puramente filantrópica para um sistema instituído de proteção social, sem a necessidade de contribuição prévia dos indivíduos.

Embora ainda possam restar traços assistencialistas, a assistência social passou a ser concebida como política pública, com indivíduos sendo elevados à condição de cidadãos e, portanto, detentores de direitos.

A promulgação da Constituição Federal de 1998 foi um marco nesse aspecto, por “garantir direitos civis, políticos e sociais a toda a população e não a uma categoria restrita” (AZAMBUJA, 2010, p. 21).

Faleiros (2008 apud AZAMBUJA, 2010, p. 27) explica que a assistência social:

[...] implica uma transferência de dinheiro, bônus ou de bens de consumo, com base num pedido, e de acordo com critérios de seleção, a um indivíduo que deve provar que se encontra em estado de privação e impossibilitado de prover imediatamente a sua subsistência.

Com o advento do neoliberalismo, na década de 90, o foco passa a ser os programas de transferência de dinheiro, por considerar a autonomia dos indivíduos na utilização dos benefícios.

A assistência social se ocupa da garantia de direitos básicos, como à saúde, à educação, à segurança alimentar e ao trabalho e geração de renda. Nesse aspecto, a assistência estudantil pode ser entendida como uma modalidade da assistência social, com a particularidade de focar o acesso e a manutenção de estudantes no ensino. Conforme Malacarne (1997, p. 31), a assistência estudantil “se resume, pois, no fornecimento das condições mínimas para que os alunos tenham acesso à educação e possam permanecer na escola”.

Sendo assim, ambas as assistências apresentam questões similares em relação à dinâmica de funcionamento e aos desafios a serem superados para ampliação do atendimento e acesso.

De forma pertinente, Arcoverde (2010 apud AZAMBUJA, 2010, p.53) lembra que não bastam esforços no sentido de ampliar os investimentos em assistência, como ocorre atualmente, sem um esforço de planejamento e análise, monitoramento e avaliação, necessários à execução da política pública para que os objetivos sejam alcançados.

2.3 A Assistência Estudantil nas IFES

Na sociedade atual, onde o conhecimento tem sua importância acentuada, a educação define o grau de desenvolvimento de uma nação. Em um cenário de desigualdades econômicas e sociais, a inclusão das populações marginalizadas se torna uma prioridade para as políticas públicas. Ampliar a capacidade de geração autônoma de renda pela elevação do nível educacional dos indivíduos parece ser um bom investimento a ser feito.

É necessário prover condições não apenas para que haja geração de empregos e para que os indivíduos estejam qualificados para se inserirem no mercado de trabalho, como também para que eles possam participar, em situação de igualdade, da riqueza social, econômica, política e cultural coletivamente construída. Nesse sentido, nos seus diversos aspectos (pobreza, etnia, gênero, etc), a inclusão social se insere entre os temas prioritários do discurso político contemporâneo, como instrumento de constituição de cidadania plena e de consolidação da democracia em bases justas (PEIXOTO, 2004, p. 11).

Devido ao exposto, a democratização do acesso à educação ganhou notório destaque nos últimos anos. A sociedade brasileira assistiu a uma ampliação geral das medidas de acesso e de inclusão na educação superior, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a adoção do

sistema de cotas sociais e raciais, a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), dentre outras, as quais vieram acompanhadas de um aumento gradativo de investimento governamental.

O Brasil apresentava uma reduzida inserção de jovens no ensino superior, causada, sobretudo, pela oferta limitada de vagas em instituições públicas e pelas limitações impostas pela renda familiar. Além das poucas vagas, Malacarne (1997, P. 88) aponta outras questões, como problemas nos níveis anteriores do ensino, cursinhos preparatórios com elevado custo, etc.

Para enfrentar estes e outros problemas relacionados aos demais níveis da educação, o Ministério da Educação (MEC) lançou, em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que colocou “à disposição dos Estados, municípios e do Distrito Federal instrumentos de avaliação e implementação de políticas destinadas à melhoria da qualidade de ensino” (SANTOS, 2009, p. 84).

As dificuldades de acesso ao ensino superior no Brasil, portanto, estão fortemente associadas aos diferenciais de renda da população, o que o PDE tem procurado combater, tanto pelo aperfeiçoamento de mecanismos de financiamento à educação em instituições privadas – através do PROUNI, por exemplo –, como pela expansão de vagas nas Instituições públicas e pelo incremento à modalidade de ensino a distância... (SANTOS, 2009, p. 89).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Segundo o PDE (2007, p. 26), “recomposto o patamar de financiamento condizente com a oferta de matrículas, era preciso oferecer às instituições condições para que pudessem repensar sua estrutura acadêmica e seu desenho institucional”.

Em consonância com a proposição feita em 2007 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o REUNI pretendia melhorar os indicadores das IFES, com o aumento imediato de vagas de ingresso e redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação, através de investimento maciço na educação superior.

No contexto do PDE, a educação superior baliza-se pelos seguintes princípios complementares entre si: i) expansão da oferta de vagas, dado ser inaceitável que somente 11% de jovens, entre 18 e 24 anos, tenham acesso a esse nível educacional, ii) garantia de qualidade, pois não basta ampliar, é preciso fazê-lo com qualidade, iii) promoção de inclusão social pela educação, minorando nosso histórico de desperdício de talentos, considerando que dispomos comprovadamente de significativo contingente de jovens competentes e criativos que têm sido sistematicamente excluídos por um filtro de natureza econômica, iv) ordenação territorial, permitindo que ensino de qualidade seja acessível às regiões mais remotas do País, e v) desenvolvimento econômico e social, fazendo da educação superior, seja enquanto formadora de recursos humanos altamente qualificados, seja como peça imprescindível na produção científico-tecnológica, elemento-chave da integração e da formação da Nação (PDE, 2007, p. 25).

Nesse contexto, a assistência estudantil ganha importância estratégica, para, “mesmo em órgãos públicos onde teoricamente não há custos presentes, auxiliar aqueles indivíduos que provêm de famílias de baixo poder aquisitivo possibilitando-lhes a conquista do diploma universitário”. (MALACARNE, 1997, p. 88). Isso significa não apenas garantir o acesso desses indivíduos, como também garantir a permanência destes na instituição, com a conclusão do curso com êxito e possibilidade concreta de competir no mercado de trabalho.

No decreto que institui o REUNI já constava como uma de suas diretrizes a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil. Contudo, em 12 de dezembro de 2007, é instituído pelo Ministério da Educação (MEC) o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pela Portaria nº 39. E, em 19 de julho de 2010, a assistência estudantil é elevada à condição de política de Estado, com o Decreto nº 7.234.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil atribui às instituições federais de ensino superior a responsabilidade pelo desenvolvimento de ações de assistência estudantil. Segundo o portal do MEC (2010), o PNAES recebeu em 2008, seu primeiro ano, R\$ 125,3 milhões em investimentos, em 2009, foram R\$ 203,8 milhões e, em 2010, a destinação prevista era de R\$ 304 milhões.

O PDE explica a relação entre o REUNI e o PNAES:

O REUNI permite uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, o que aumentará expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública. O desdobramento

necessário dessa democratização é a necessidade de uma política nacional de assistência estudantil que, inclusive, dê sustentação à adoção de políticas afirmativas. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) consolida o REUNI (PDE, 2007, p.26).

De forma geral, têm-se como objetivos do PNAES: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as situações de retenção e evasão, em decorrência de insuficiência financeira; contribuir para a promoção da inclusão social pela educação; e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico.

De forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, o PNAES estipula que as instituições federais de ensino superior (IFES) devem desenvolver ações nas áreas de moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O referido programa visa atender a estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, “prioritariamente oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (Decreto nº 7.234/2010-PNAES, Artigo 5º).

As IFES recebem anualmente recursos do PNAES, para implementar ações nas áreas já citadas, mas tem autonomia para considerar suas necessidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e as demandas identificadas por seu corpo discente, bem como para estipular critérios adicionais.

Cabe ainda à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos a serem beneficiados, sendo considerado o perfil socioeconômico, bem como criar mecanismos de acompanhamento e avaliação da execução do programa.

2.4 A Universidade Federal do Pampa

A Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) foi criada pela Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008, em consonância com a política governamental de expansão da Educação Superior, conhecida por REUNI¹.

Esta instituição veio destinada a promover o desenvolvimento da região denominada “metade sul” do estado do Rio Grande do Sul, que sofre pela estagnação, em termos de escolarização, industrialização e inovação científico-tecnológica, e também a contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade nesta região, motivaram a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma instituição federal de ensino superior. (PROJETO INSTITUCIONAL DA UNIPAMPA, 2009, p.3).

A Universidade Federal de Pelotas e a Universidade Federal de Santa Maria auxiliaram no processo de implantação desta universidade nova, através de um acordo de cooperação técnica junto ao Ministério da Educação. Como tutoras, estas instituições viabilizaram o início das atividades da UNIPAMPA, que ocorreu a partir de setembro de 2006.

Já em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que deu os primeiros passos na construção da identidade dessa nova universidade. E, em janeiro de 2008, o primeiro reitorado tomou posse, em condição *pro tempore*, conforme consta no Projeto Institucional da UNIPAMPA (2009, p.4).

Assim, com organização *multicampi* e sede no município de Bagé, a UNIPAMPA é estruturada com uma Reitoria, que atua de forma descentralizada, e dez unidades acadêmico-administrativas, situadas nas cidades de Alegrete, Bagé,

¹ REUNI: Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiiana.

Atualmente, a UNIPAMPA possui os seguintes cursos de graduação em seus Campi:

Quadro 1 – Cursos de graduação da UNIPAMPA em 2011

| Unidade acadêmica | Cursos de graduação |
|-----------------------|---|
| Alegrete | Ciência da Computação, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software |
| Bagé | Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e Ambientes, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras - Português/Espanhol, Licenciatura em Letras - Português/Inglês |
| Caçapava do Sul | Geofísica, Geologia, Licenciatura em Ciências Exatas, Curso Superior de Tecnologia em Mineração |
| Dom Pedrito | Bacharelado em Enologia, Zootecnia, Curso Superior de Tecnologia em Agronegócios |
| Itaqui | Agronomia, Ciência e Tecnologia Agroalimentar, Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia, Nutrição |
| Jaguarão | Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Letras - Português/Espanhol, Licenciatura em História, Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, História |
| Santana do Livramento | Administração, Ciências Econômicas, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Relações Internacionais |
| São Borja | Ciências Políticas, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Serviço Social |
| São Gabriel | Biotecnologia, Ciências Biológicas – Bacharelado, Ciências Biológicas – Licenciaturas, Engenharia Florestal, Gestão Ambiental |
| Uruguaiiana | Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura, Ciências da Natureza |

Fonte: <http://www.unipampa.edu.br>

E também os seguintes cursos de pós-graduação:

Quadro 2 – Cursos de pós-graduação da UNIPAMPA em 2011

| Modalidade | Cursos de pós-graduação |
|---------------------|---|
| Mestrado | Mestrado em Ciência Animal, Mestrado em Ciências Biológicas, Mestrado em Bioquímica, Mestrado em Engenharia, Mestrado em Engenharia Elétrica |
| Especialização | Especialização em Desenvolvimento de Regiões de Fronteira, Especialização em Educação de Jovens e Adultos em Territórios de Fronteira, Especialização em Educação: Interdisciplinaridade e Transversalidade, Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Especialização em Letras e Linguagens, Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intra-familiar, Especialização em Produção Animal, Especialização em Tecnologia no Ensino de Matemática |
| Programas especiais | Dinter Administração, Dinter Enfermagem, Dinter Modelagem Computacional |

Fonte: <http://www.unipampa.edu.br>

A UNIPAMPA está em uma fase de expansão e consolidação de sua estrutura física, de seu quadro de pessoal, e de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Em 2011, além de apresentar 53 cursos de graduação, 5 cursos de mestrado, 8 cursos de especialização e participar de 4 programas especiais de pós-graduação, a UNIPAMPA já possui mais de sete mil alunos matriculados², 538 docentes e 535 servidores técnico-administrativos³.

A estrutura da UNIPAMPA, prevista em seu estatuto, compreende a Administração Superior, as Unidades Universitárias e os Órgãos Complementares.

Como perfil do egresso desta instituição, tem-se:

A UNIPAMPA, como universidade pública, deve proporcionar uma sólida formação acadêmica generalista e humanística aos seus egressos. Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e inserção em respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática (PROJETO INSTITUCIONAL, 2009, p. 11).

² Quantitativo extraído do SIE, sistema acadêmico utilizado pela instituição

³ Quantitativo fornecido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal (PROGESP)

Em seu Projeto Institucional de 2009, a UNIPAMPA mostra que apresenta uma concepção de formação acadêmica que visa à inclusão social, proporcionando acesso e continuidade dos estudos inclusive a grupos historicamente marginalizados do direito ao ensino superior público e gratuito.

2.5 A Política de Assistência Estudantil da UNIPAMPA

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantil e Comunitários (PRAEC) é o órgão da Administração Superior da UNIPAMPA que se ocupa da política de assistência estudantil. A PRAEC foi criada em 2008, e está situada nas dependências do *Campus* de São Borja-RS.

De forma geral, em um contexto de ampliação do acesso ao ensino superior, a política de assistência estudantil tem o importante papel de garantir que os estudantes possam participar ativamente da vida universitária e concluir seu curso com um desempenho satisfatório.

De acordo com o Projeto Institucional da UNIPAMPA (2009, p. 40), a política de assistência estudantil da UNIPAMPA:

constituir-se-á por meio de planos, programas, projetos, benefícios e ações estruturantes e articuladas às demais políticas institucionais, a partir das seguintes dimensões: do acesso ampliado à universidade; do estímulo e da permanência do educando nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; da qualidade do desempenho acadêmico; da formação universitária cidadã, do desenvolvimento de condições à cultura, ao esporte e ao lazer; do impulsionamento às temáticas e às proposições acadêmicas dos educandos e da inclusão e da acessibilidade para acadêmicos com necessidades educacionais especiais.

Atualmente, a PRAEC é formada por três assistentes sociais, dois administradores, dois assistentes em administração, uma secretária executiva, uma pedagoga e uma psicóloga. Cabe constar que a pró-reitora e a coordenadora de assistência estudantil são assistentes sociais e docentes. Além disso, a PRAEC conta com uma equipe descentralizada, formada por assistentes sociais e outros

servidores técnico-administrativos em educação, com representantes em cada unidade acadêmica.

Percebe-se a centralidade do assistente social no quadro funcional da UNIPAMPA, tendo em vista que é um profissional apto para auxiliar tanto na gestão e formulação de programas de assistência, com base em necessidades manifestadas, quanto na execução e acompanhamento destes programas nas unidades acadêmicas.

Segundo Azambuja (2010), este profissional busca fortalecer o indivíduo, provindo de segmentos com acesso limitado aos direitos sociais, para torná-lo protagonista de sua própria história.

Os programas e benefícios assegurados pela UNIPAMPA são o Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA), o Programa Bolsas de Permanência (PBP), o Programa de Bolsas de Apoio à Instalação Estudantil (PBI), o Programa Incluir e o Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos.

O primeiro programa de assistência foi o Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA), implantado em 2008, com os objetivos de incentivar a participação dos alunos em atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, e melhorar as condições de estudo e permanência dos estudantes de graduação.

Já o Programa Bolsas de Permanência (PBP), implantado em 2009, volta-se exclusivamente para os estudantes com dificuldades de permanência, isto é, em risco de evasão. Assim, segundo a Instrução Normativa 05/2009:

Art. 2º - O Programa Bolsas de Permanência da UNIPAMPA consiste na concessão de bolsas aos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de melhorar o desempenho acadêmico e prevenir a evasão.

Com a consolidação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a UNIPAMPA viu aumentar o ingresso de estudantes advindos de vários locais do país. Assim, o Programa de Bolsas de Apoio à Instalação Estudantil (PBI) foi criado em 2010, para auxiliar na instalação do aluno na cidade-sede de seu curso.

O Programa Incluir, através do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), desde 2008 realiza ações para garantir o acesso e a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior.

Já o Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos consiste no repasse de auxílio financeiro a estudantes para viabilizar e incentivar a sua participação em eventos de cunho acadêmico, após análise da solicitação.

Na UNIPAMPA, como bem observado por Azambuja (2010, p. 45), “os primeiros programas criados e em execução no momento são de caráter econômico, constituindo-se no repasse direto de renda com condicionalidades”. Enquanto os programas existentes estão sendo aperfeiçoados, novas ações estão sendo planejadas, para contemplar as outras áreas a serem atendidas segundo o disposto no PNAES. Nessa perspectiva, estão sendo pensadas a implantação de restaurantes universitários e moradias estudantis.

As experiências trazidas pela implantação de programas nesta instituição são carregadas de desafios, tendo em vista que é uma universidade nova, com a particularidade de apresentar uma estrutura *multicampi*, que denota a necessidade de inserção local e o imperativo da inovação.

2.6 O Programa Bolsas de Permanência

Com a finalidade de melhorar o desempenho acadêmico, prevenir a evasão, evitar a retenção⁴, dando condições de permanência aos estudantes, a UNIPAMPA instituiu o Programa Bolsas de Permanência, conhecido como PBP, através da Instrução Normativa nº 05/09, em 19 de maio de 2009.

A referida instrução normativa traz os seguintes critérios para que um aluno possa ser beneficiário do programa: estar regularmente matriculado em curso de graduação da UNIPAMPA em, no mínimo, 20 horas/aula semanais, exceto os formandos e os casos de trancamento total; preencher o formulário específico do programa e entregá-lo na Secretaria Acadêmica do *Campus*; comprovar renda

⁴ Significa evitar que o aluno necessite concluir o curso de graduação além de sua duração mínima.

familiar mensal *per capita* não excedente a um salário mínimo nacional; apresentar os documentos referentes à composição familiar, à renda, à situação patrimonial, à comprovação de residência e situação acadêmica, que comprovem a situação de vulnerabilidade socioeconômica do discente e fundamentem a concessão dos auxílios, conforme detalhado em edital específico.

Em relação à renda, cabe destacar que, enquanto o Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010 estabelece o atendimento de estudantes com renda per capita de até um salário mínimo e meio, a UNIPAMPA teve de restringir o critério para uma *per capita* familiar de um salário mínimo nacional, o que já gera uma grande procura pelo programa.

O benefício poderá ser renovado periodicamente, desde que o aluno mantenha um desempenho acadêmico satisfatório e caso ainda se apresente em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nos termos do programa, o desempenho acadêmico satisfatório é aferido em relação ao semestre imediatamente anterior ao do período de avaliação do beneficiário, que necessita ter obtido aprovação em, no mínimo, 60% dos créditos matriculados e não ter tido reprovação por frequência em nenhuma disciplina.

Mesmo que um dos objetivos seja evitar a retenção, o programa prevê a renovação do benefício até o limite de dois semestres além da duração mínima do curso, desde que mantido o vínculo com a instituição.

As assistentes sociais são as responsáveis pela análise socioeconômica dos estudantes inscritos no programa e pela avaliação periódica dos beneficiários, sob a supervisão técnica da PRAEC. Além da análise da documentação apresentada pelos estudantes, estas profissionais podem, a qualquer tempo, efetuar também entrevistas individuais e visitas domiciliares aos candidatos e aos beneficiários.

O processo de seleção de novos beneficiários no programa consiste basicamente na ampla divulgação do edital, no acolhimento e verificação da conformidade da inscrição, na avaliação socioeconômica (com base na documentação apresentada e nos critérios estabelecidos), na apreciação de recursos encaminhados, na divulgação final dos resultados e, por fim, no cadastramento dos beneficiários para o conseqüente pagamento dos auxílios .

No PBP, há três modalidades de auxílio: alimentação, moradia e transporte. Os auxílios são concedidos de acordo com a solicitação do estudante e após ser comprovada a necessidade, com base na análise de sua situação socioeconômica.

Em 2011, os valores mensais dos auxílios são de R\$ 110,00 para o de Alimentação, R\$ 130,00 para o de Moradia e R\$ 70,00 para o de Transporte. Em março de 2011, a UNIPAMPA já contabiliza 2.189 auxílios, entre Alimentação, Moradia e Transporte, concedidos para 998 beneficiários.

3 METODOLOGIA

3.1 Método de Pesquisa

A presente pesquisa consiste em avaliar a eficiência do Programa Bolsas de Permanência (PBP) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), sob uma perspectiva dos acadêmicos beneficiados pelo programa, ao mesmo tempo em que busca traçar o perfil e descobrir as demandas e expectativas destes alunos. Assim, o problema da pesquisa foi expresso da seguinte forma: “Qual a avaliação feita do Programa Bolsas de Permanência (PBP) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) por seus usuários?”

A partir do objetivo principal desenvolveram-se os objetivos específicos: identificar e segmentar o perfil sócio-econômico e demográfico dos bolsistas; avaliar a eficiência percebida pelos bolsistas; e fazer um levantamento das necessidades ou demandas apontadas pelos bolsistas em relação ao programa e à assistência estudantil.

A investigação envolveu tanto uma pesquisa qualitativa, na forma de pesquisa bibliográfica e documental, quanto quantitativa, com a realização de uma pesquisa de campo, e foi de caráter exploratório-descritivo.

A pesquisa bibliográfica e a documental subsidiaram a formulação do instrumento de pesquisa e a compreensão de aspectos relacionados ao ensino superior e à assistência estudantil praticada em nosso país e ao novo modelo de gestão pública, bem como aqueles relativos à implantação da Universidade Federal do Pampa e a concepção do Programa Bolsas de Permanência.

Já a pesquisa de campo consistiu na aplicação de um questionário estruturado, contendo 37 perguntas, abertas e fechadas, a serem respondidas por alunos beneficiados por alguma das modalidades de auxílios do Programa Bolsas de Permanência, nas dez unidades acadêmicas da instituição.

3.2 População e Amostra

O universo da pesquisa está constituído por todos os bolsistas do Programa Bolsas de Permanência (PBP) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), com base no mês de março de 2011, totalizando 998 acadêmicos atendidos e 2.189 auxílios concedidos.

Os beneficiários do programa representam em torno de 12,58% dos alunos da instituição, considerando que, no primeiro semestre de 2011, a UNIPAMPA contabilizava 7.930 alunos⁵ de cursos de graduação, sendo 7.701 matriculados em disciplinas e 229 em situação de trancamento total de matrícula.

O Quadro 3 apresenta o número de bolsistas e a quantidade de auxílios por modalidade, os quais são concedidos de acordo com a situação de vulnerabilidade socioeconômica apresentada pelo demandante.

Quadro 3 – Alunos beneficiados pelo PBP com modalidade concedida

| UNIDADE ACADÊMICA | ALUNOS | ALIMENTAÇÃO | MORADIA | TRANSPORTE |
|-----------------------|--------|-------------|---------|------------|
| Alegrete | 83 | 73 | 63 | 53 |
| Bagé | 175 | 160 | 101 | 156 |
| Caçapava do Sul | 56 | 49 | 23 | 49 |
| Dom Pedrito | 47 | 34 | 35 | 16 |
| Itaqui | 68 | 44 | 51 | 49 |
| Jaguarão | 81 | 58 | 35 | 55 |
| Santana do Livramento | 85 | 81 | 45 | 55 |
| São Borja | 163 | 141 | 113 | 133 |
| São Gabriel | 97 | 94 | 58 | 64 |
| Uruguiana | 143 | 111 | 102 | 88 |
| TOTAL | 998 | 845 | 626 | 718 |

Fonte: PRAEC – referente a março de 2011.

Por se tratar de um universo considerável quantitativamente, trabalhou-se com uma amostra representativa. A fórmula utilizada para o cálculo da amostra

⁵ Dados extraídos do Sistema de Informações para o Ensino (SIE), adotado pela instituição.

considerou a amostragem do tipo probabilística casual simples, população finita, margem de segurança (intervalo de confiança) de 95,5% (dois desvios padrões), com variação de 3% (erro padrão) e admitindo que 10% do total de bolsistas estariam interessados em responder o questionário, conforme demonstrado abaixo.

$$n = \frac{\sigma^2 \times p \times q \times N}{e^2 \times (N - 1) + \sigma^2 \times p \times q} \quad (1)$$

Onde: n = tamanho da amostra; σ^2 = nível de confiança escolhido; p = porcentagem com a qual o fenômeno se verifica; q = porcentagem complementar; N = tamanho da população; e = erro máximo consentido.

Assim, o cálculo a ser feito é:

$$n = \frac{2^2 \times 10 \times 90 \times 998}{3^2 \times (998 - 1) + 2^2 \times 10 \times 90} \cong 285,75 \quad (2)$$

Portanto, o tamanho da amostra calculada é de 286 elementos (bolsistas). E, considerando a representatividade de cada *Campus*, o número de elementos ficou distribuído conforme a Tabela 1:

Tabela 1 – População e Amostra do PBP em 2011

| CAMPUS | BOLSISTAS | AMOSTRA | % Universo | % Amostra |
|-----------------------|------------------|----------------|-------------------|------------------|
| Alegrete | 83 | 24 | 8% | 8% |
| Bagé | 175 | 50 | 18% | 18% |
| Caçapava do Sul | 56 | 16 | 6% | 6% |
| Dom Pedrito | 47 | 13 | 5% | 5% |
| Itaqui | 68 | 19 | 7% | 7% |
| Jaguarão | 81 | 23 | 8% | 8% |
| Santana do Livramento | 85 | 24 | 9% | 9% |
| São Borja | 163 | 47 | 16% | 16% |
| São Gabriel | 97 | 28 | 10% | 10% |
| Uruguaiana | 143 | 41 | 14% | 14% |
| TOTAL | 998 | 286 | 100% | 100% |

Fonte: Elaborada pela autora

Inicialmente, considerou-se o ano de 2010 na determinação do tamanho da população e para o cálculo da amostra. Contudo, optou-se pela realização da etapa de aplicação dos questionários no início do primeiro semestre letivo de 2011, com o retorno dos bolsistas do período de férias. Assim, o tamanho da população sofreu alteração⁶ e, por conseguinte, a amostra teve de ser recalculada.

A decisão foi motivada pela realização da pesquisa SIPE-Brasil durante o segundo semestre de 2010. Na UNIPAMPA, a pesquisa foi coordenada pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), com o apoio da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e do Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação (NTIC) e com a colaboração de servidores de todas as unidades acadêmicas na execução.

Com esta pesquisa, de cunho nacional, dados sobre o perfil socioeconômico de estudantes dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior foram levantados, com vistas a aprimorar o planejamento e a execução de políticas de programas de assistência estudantil em âmbito institucional e nacional, e para se considerar indicadores na distribuição de recursos de Assistência Estudantil

A iniciativa surgiu de uma parceria entre o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), com financiamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

A UNIPAMPA conseguiu atingir a totalidade de preenchimento de sua amostra nesta pesquisa, composta por 382 alunos. O questionário era de preenchimento eletrônico, estando disponível no Sistema de Informação do Perfil do Estudante dos Cursos de Graduação das IFES (SIPE), no endereço <<http://sipe.ufms.br/2010/>>.

Dessa forma, embora estivesse previsto no projeto a execução desta pesquisa de pós-graduação no segundo semestre de 2010, o adiamento se deu basicamente pela atribuição da coordenação da pesquisa SIPE-Brasil a esta pesquisadora, como também para se evitar a realização concomitante de duas pesquisas similares, e por se considerar ainda que a instituição se encontrava em plena atividade letiva, não sendo este um período tranquilo para alunos e servidores.

⁶ Em especial pela saída do programa daqueles alunos-bolsistas que colaram grau no período.

Como o relatório da pesquisa SIPE-Brasil não foi disponibilizado em tempo hábil, os dados coletados não puderam ser considerados neste estudo.

3.3 Coleta, Tratamento e Análise dos Dados

O instrumento de coleta de dados é um questionário estruturado, contendo 37 perguntas, abertas e fechadas, cujo modelo se encontra no Apêndice A.

Na elaboração do questionário se considerou os modelos de Cavalcante (2008) e de Malacarne (1997) e o formulário de inscrição ao PBP.

Cada unidade acadêmica recebeu:

- Um envelope, contendo o número de questionários da amostra do *Campus*, mais cinco cópias extras – prevendo-se, por exemplo, rasuras e extravios;
- Uma listagem nominal dos beneficiados pelo PBP no mês de março de 2011;
- Orientações gerais pertinentes à aplicação, incluindo informações sobre a amostra, e;
- Um envelope já identificado para a remessa dos questionários preenchidos - com exceção do *Campus* São Borja, onde em suas dependências está situada a PRAEC.

As unidades acadêmicas receberam a seguinte sugestão de roteiro:

- 1 – Divulgação da pesquisa (sugeriu-se um cartaz chamativo);
- 2 – Informar ao aluno que sua identidade será preservada;
- 3 – Fazer ou solicitar ao bolsista uma rubrica na relação nominal enviada, apenas para facilitar o controle do preenchimento;
- 4 – Solicitar ao bolsista que responda o questionário no próprio local recebido, como forma de garantir a devolução;
- 5 – Juntar os questionários e colocá-lo no envelope previamente preparado pela pesquisadora e enviar a PRAEC no prazo informado.

A aplicação dos questionários contou com a colaboração das assistentes sociais lotadas nas unidades acadêmicas da UNIPAMPA, com exceção do *Campus* de Dom Pedrito, em que o auxílio partiu de uma técnica em assuntos educacionais, devido ao afastamento da assistente social local. O plano de coleta de dados previa

a participação destas profissionais, por serem tomadas como referência pelos alunos, especialmente em se tratando do Programa Bolsas de Permanência.

A aplicação dos questionários ocorreu durante os meses de abril e maio de 2011. No total, dos 286 questionários da amostra, 220 foram respondidos e apresentados, o que representa 77% de retorno, aproximadamente.

Em praticamente todas as unidades houve necessidade de prorrogação nos prazos para a aplicação da pesquisa, medida que não se mostrou suficiente para que a amostra fosse atingida em sua totalidade em certos *Campi*.

Os determinantes desse comportamento foram atribuídos a não obrigatoriedade da pesquisa, à aplicação de instrumentos (entrevistas e questionários) durante o período de avaliação⁷ dos bolsistas do programa, e à própria resistência inicial inerente à pesquisa social.

Contudo, enquanto em algumas unidades o retorno foi aquém do esperado, com destaque para os *Campi* de Alegrete, Jaguarão e Uruguaiana, em outras houve a integralização e até mesmo a superação no número de respondentes.

O Quadro 4 apresenta o demonstrativo do número de respondentes:

| Campus | Bolsistas | Amostra | Respondentes |
|--------------------|------------------|----------------|---------------------|
| Alegrete | 83 | 24 | 6 |
| Bagé | 175 | 50 | 51 |
| Caçapava do Sul | 56 | 16 | 11 |
| Dom Pedrito | 47 | 13 | 13 |
| Itaqui | 68 | 19 | 16 |
| Jaguarão | 81 | 23 | 8 |
| Santana Livramento | 85 | 24 | 23 |
| São Borja | 163 | 47 | 49 |
| São Gabriel | 97 | 28 | 25 |
| Uruguaiana | 143 | 41 | 18 |
| TOTAL | 998 | 286 | 220 |

Quadro 4 – Número de respondentes por unidade

Fonte: Elaborada pela autora

Os questionários foram tabulados com o auxílio do *software* SPSS, indicado para pesquisas das Ciências Sociais, e do *software* Excel.

⁷ Período em que as assistentes sociais verificam se os alunos-bolsistas continuam atendendo aos critérios do programa, o que envolve em manutenção ou cancelamento de benefícios.

Concluída esta etapa, partiu-se para a análise dos questionários, que foi realizada tanto em conteúdo quanto por estatística descritiva, através de frequência. E, por fim, partiu-se para as conclusões obtidas com a pesquisa.

4 RESULTADOS

Dos 286 questionários da amostra, 220 foram respondidos, considerando-se todas as unidades acadêmicas da UNIPAMPA.

O questionário apresentou questões abertas e fechadas, de opção única e de múltipla escolha, de atribuição de notas e de exposição livre de idéias, etc. Este formato, apesar de tornar mais trabalhosa a tabulação e análise dos dados, se mostrou oportuno ao propósito de contemplar três grupos de investigações: o perfil do aluno, a eficiência percebida em relação ao Programa Bolsas de Permanência, e as necessidades apontadas pelos bolsistas em relação à assistência estudantil.

Nas questões iniciais, buscaram-se dados que permitissem traçar o perfil dos bolsistas, tais como auxílios recebidos no programa, sexo, faixa etária, estado civil, curso, campus, origem, trajetória escolar, etc.

Na primeira questão, o aluno informou quais as bolsas PBP que recebe atualmente. Essa informação foi analisada sob dois ângulos: por modalidade de bolsa e por combinação de bolsas.

Tabela 2 – Quantidade de bolsistas por combinação de bolsas

| Tipo de bolsa recebida | Número de alunos | Percentual |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------------|
| Alimentação, Moradia e Transporte | 93 | 42,66% |
| Alimentação e Transporte | 64 | 29,36% |
| Alimentação e Moradia | 33 | 15,14% |
| Moradia e Transporte | 5 | 2,29% |
| Somente Alimentação | 9 | 4,13% |
| Somente Transporte | 9 | 4,13% |
| Somente Moradia | 5 | 2,29% |
| Total válido | 218 | 100,00% |
| Não informou | 2 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

A Tabela 2 mostra que 43% dos bolsistas recebem concomitantemente as três modalidades de auxílios, o que indica a situação de vulnerabilidade socioeconômica em que se encontram.

Já com a Tabela 3 se verifica que a modalidade mais assegurada na instituição é a de Alimentação, seguida pela de Transporte e depois pela de Moradia. Esta constatação se mantém ao se analisar o universo de alunos contemplados no programa.

Tabela 3 – Auxílios recebidos por modalidade

| Status/Modalidade | Alimentação | Moradia | Transporte | Total |
|--------------------------|--------------------|----------------|-------------------|--------------|
| Recebe | 199 | 136 | 171 | 506 |
| Não recebe | 21 | 84 | 49 | 154 |
| Total | 220 | 220 | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Na segunda pergunta, sobre o sexo do grupo pesquisado, constatou-se que 64% dos bolsistas são do sexo feminino, enquanto que 36% são do sexo masculino, conforme demonstrado na Tabela 4. Há, portanto, a predominância de bolsistas de permanência do sexo feminino na instituição.

Tabela 4 – Sexo do grupo pesquisado

| Sexo | Freqüência | Percentual |
|--------------|-------------------|-------------------|
| Feminino | 139 | 63,76% |
| Masculino | 79 | 36,24% |
| Total válido | 218 | 100,00% |
| Não informou | 2 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Com a terceira questão, constatou-se que 90% dos bolsistas são jovens, entre 17 e 30 anos, seguido por 8% de bolsistas com 31 a 40 anos e uma pequena percentagem com idade superior a 41 anos, que representa apenas 2%, conforme segue na Tabela 5.

Tabela 5 – Faixa etária

| Idade | Nº alunos | Percentual |
|-----------------|------------------|-------------------|
| De 17 a 20 anos | 72 | 32,88% |
| De 21 a 30 anos | 125 | 57,08% |
| De 31 a 40 anos | 17 | 7,76% |
| De 41 a 50 anos | 4 | 1,83% |
| De 51 a 60 anos | 1 | 0,46% |
| Total válido | 219 | 100,00% |
| Não informou | 1 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Na quarta questão, solicitou-se ao aluno que informasse sua naturalidade, acompanhada pelo estado da federação, o que pode ser conferido na Tabela 6.

Tabela 6 – Origem por cidade

| Cidade | Nº bolsistas | Percentual |
|-----------------------|---------------------|-------------------|
| São Borja | 19 | 10,22% |
| Santana do Livramento | 14 | 7,53% |
| Uruguaiana | 13 | 6,99% |
| Bagé | 11 | 5,91% |
| Outras | 129 | 69,35% |
| Total válido | 186 | 100,00% |
| Não informou | 34 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

A variedade considerável de cidades apresentada e uma situação de baixa frequência por ocorrência justificou o agrupamento “Outras”.

No grupo “Outras” se encontram as cidades de Dom Pedrito, Caçapava do Sul, Alegrete, Porto Alegre, São Gabriel, Itaqui, Santa Maria, São Paulo, Santo Antônio das Missões, Jaguarão, São Luiz Gonzaga, São Francisco de Assis, Caxias do Sul, Agudo, São Sepé, Rio de Janeiro, Cruz Alta, Rio Grande, Campo Bom, Belo Horizonte, Rosário do Sul, Pouso Alegre, Descoberto, Santa Rosa, Frederico Westphalen, Sapucaia do Sul, Quaraí, São Lourenço do Sul, Wenceslau Braz, Palmeira das Missões, São Pedro do Sul, São Mateus, Três Marias, Porto Lucena, Santiago, Jaguari, Itacarambi, Tangará da Serra, Ibirubá, Teixeira de Freitas, Salvador, Iguape, Bocaiúva, Angico, Igrejinha, Crissiumal, Ibotirama, Belém, Ubatuba, Recife, São Luís, Rondonense, Arroio Grande, Cachoeira do Sul, Conchas, Casca, Camaquã, Uberaba, Brasília, Cianorte, Aceguá, São Carlos, Hulha Negra, Passo Fundo, Goiânia, Codó, Piratini, Quinze de Novembro, Pirapó e Pelotas.

Em uma análise que considera somente o estado da federação, constatou-se que 82% dos bolsistas PBP são riograndenses, enquanto que 18% provêm de outros estados (Tabela 7).

Tabela 7 – Origem por estado

| Estado | Nº Alunos | Percentual |
|-------------------|------------------|-------------------|
| Rio Grande do Sul | 175 | 82,16% |
| Outros | 38 | 17,84% |
| Total válido | 213 | 100,00% |
| Não informou | 7 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

No grupo “Outros” estão os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Maranhão, Paraná, Mato Grosso, Tocantins, Santa Catarina, Pará, Pernambuco, Distrito Federal, Goiás e Piauí.

Cabem algumas considerações em relação a esta questão. Primeiramente, solicitar a cidade e o estado na mesma questão não teve um resultado satisfatório. Segundo, a naturalidade não expressa efetivamente qual a procedência do aluno.

Assim, a análise mostrou que seria mais oportuno perguntar ao aluno se teve de mudar de cidade para estudar na UNIPAMPA, por exemplo.

Além disso, como desdobramento da questão sugerida anteriormente, em caso afirmativo quanto à necessidade de se mudar de cidade, poderia se perguntar em que estado da federação se encontrava a residência do aluno, por se entender que as necessidades psicológicas, financeiras, culturais, etc, são diferenciadas considerando esse aspecto.

Na quinta questão, perguntou-se ao aluno se sua origem era rural ou urbana. Como resultado, constatou-se que 82% dos bolsistas são oriundos de ambiente urbano e cerca de 18% de ambiente rural.

Tabela 8 – Origem por ambiente

| Origem | Nº Alunos | Percentual |
|---------------|------------------|-------------------|
| Urbana | 177 | 81,57% |
| Rural | 40 | 18,43% |
| Total válido | 217 | 100,00% |
| Não informou | 3 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Na seqüência, ainda para traçar o perfil, perguntou-se ao aluno qual seu estado civil. O resultado se encontra na Tabela 9.

Com relação ao estado civil dos acadêmicos, observa-se que 86% são solteiros e apenas 12% estão casados ou convivem em união estável. Sugere-se para pesquisa futura perguntar aos alunos se têm filhos e em que quantidade.

Tabela 9 – Estado civil dos alunos

| Estado civil | Nº alunos | Percentual |
|---------------------|------------------|-------------------|
| Solteiro(a) | 188 | 86,24% |
| Casado(a) | 14 | 6,42% |
| Viúvo(a) | 0 | 0,00% |
| União estável | 12 | 5,50% |
| Separado(a) | 4 | 1,83% |
| Total válido | 218 | 100,00% |
| Não informou | 2 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

A seguir, na sétima questão, o aluno devia informar sua unidade acadêmica. Com isso, foi obtido o número de respondentes por *Campus*, o que pode ser verificado na Tabela 10.

Tabela 10 – Número de respondentes por unidade

| Campus | Bolsistas | Amostra | Respondentes | % Resposta |
|--------------------|------------------|----------------|---------------------|-------------------|
| Alegrete | 83 | 24 | 6 | 25% |
| Bagé | 175 | 50 | 51 | 102% |
| Caçapava do Sul | 56 | 16 | 11 | 69% |
| Dom Pedrito | 47 | 13 | 13 | 100% |
| Itaqui | 68 | 19 | 16 | 84% |
| Jaguarão | 81 | 23 | 8 | 35% |
| Santana Livramento | 85 | 24 | 23 | 96% |
| São Borja | 163 | 47 | 49 | 104% |
| São Gabriel | 97 | 28 | 25 | 89% |
| Uruguaiana | 143 | 41 | 18 | 44% |
| TOTAL | 998 | 286 | 220 | 77% |

Fonte: Elaborada pela autora

É possível afirmar que as unidades acadêmicas tiveram comportamentos bem distintos em relação à integralização da amostra.

Na oitava questão, o aluno devia informar o seu curso na instituição.

No Apêndice B, os cursos dos respondentes estão agrupados por áreas de conhecimento, conforme a classificação adotada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Convertendo o resultado expresso no Apêndice B em porcentagem, verifica-se que 31% dos alunos que recebem os auxílios do programa de permanência estão inseridos na área de Ciências Sociais Aplicadas, seguido de 21% das Ciências Agrárias e 16% das Engenharias.

Contudo, esta configuração pode ser ligeiramente diferente, tendo em vista que o preenchimento do questionário nos campi de Alegrete, Jaguarão e Uruguaiana foi aquém do esperado.

Dando continuidade ao perfil, na nona questão, o aluno informou seu semestre atual.

Pela Tabela 11, verifica-se que 44% dos respondentes se encontram no terceiro semestre do curso, 23% estão no quinto semestre e 20% no sétimo semestre.

Tabela 11 – Semestre dos alunos

| Semestre | Nº Alunos | Percentual |
|-----------------|------------------|-------------------|
| Primeiro | 2 | 0,93% |
| Segundo | 6 | 2,79% |
| Terceiro | 96 | 43,65% |
| Quarto | 2 | 0,93% |
| Quinto | 49 | 22,79% |
| Sétimo | 43 | 20,00% |
| Oitavo | 1 | 0,47% |
| Nono | 11 | 5,12% |
| Décimo | 5 | 2,33% |
| Total válido | 215 | 100,00% |
| Não informou | 5 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Há de se verificar porque dois discentes informaram estar no primeiro semestre (um em Alegrete e um em Caçapava do Sul), tendo em vista a impossibilidade dessa ocorrência ao se considerar as edições de ingresso no programa.

A seguir, na questão 10, foram apresentadas as opções “integral”, “matutino” e “noturno” para o período do curso realizado.

Pela Tabela 12, observa-se 76% dos alunos beneficiados pelo Programa Bolsas de Permanência estudam no período diurno, sendo 64% com dedicação integral ao curso e 12% com atividades letivas matutinas. Isto sinaliza a importância do programa, na medida em que possibilita ao aluno a dedicação exclusiva ao universo acadêmico, sem necessidade de vínculo de trabalho durante este período.

Tabela 12 – Turno dos respondentes

| Período | N. Alunos | Percentual |
|----------------|------------------|-------------------|
| Integral | 136 | 63,55% |
| Noturno | 52 | 24,30% |
| Matutino | 26 | 12,15% |
| Total válido | 214 | 100,00% |
| Não informou | 6 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Cabe citar que, em uma ocorrência, foi colocada a opção “vespertino”, cuja resposta não pôde ser considerada e foi computada no grupo “não informou”. Fica, contudo, o registro para pesquisas futuras.

Na questão 11, perguntou-se ao aluno se já possuía algum curso superior. Contudo, os dados revelaram que a grande maioria dos bolsistas do programa de permanência, cerca de 96%, estão em seu primeiro curso de graduação.

Tabela 13 – Diplomados

| Já possui curso superior | Frequência | Percentual |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Não | 210 | 96,33% |
| Sim | 8 | 3,67% |
| Total válido | 218 | 100,00% |
| Não informou | 2 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Na questão 12, perguntou-se ao aluno em que esfera realizou sua educação básica, o que engloba tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio. O resultado se encontra na Tabela 14.

Tabela 14 – Espaço de conclusão da educação básica

| Educação Básica | N. Alunos | Percentual |
|--|------------------|-------------------|
| Somente em escola pública | 191 | 87,21% |
| Somente em escola particular | 7 | 3,20% |
| Em escola pública e em escola particular | 21 | 9,59% |
| Total válido | 219 | 100,00% |
| Não informou | 1 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Com os resultados apresentados, é possível afirmar que a instituição está observando um dos critérios fixados pelo PNAES: “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica”.

Em relação a esta questão, cabe constar ainda que, em três ocorrências (duas em Uruguiana e uma em Bagé), os alunos fizeram questão de mencionar que ganharam bolsa quando estudaram em escola particular.

Na mesma linha, a questão 13 investiga a educação básica do aluno, mas em termos de desempenho, expresso em quantidade de repetências de ano letivo.

Tabela 15 – Repetência na educação básica

| Repetência | Frequência | Percentual |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Não | 156 | 71,56% |
| Sim, um ano | 50 | 22,94% |
| Sim, dois ou mais anos | 12 | 5,50% |
| Total válido | 218 | 100,00% |
| Não informou | 2 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Esta questão poderia apontar para a necessidade de ações de reforço pedagógico na Universidade, por fragilidades providas da educação básica.

Contudo, como demonstra a Tabela 15, a pesquisa revela um índice elevado de aprovação na educação básica, posto que 72% dos bolsistas afirmam nunca terem repetido algum ano letivo no período que engloba o ensino fundamental e o ensino médio.

Certamente, outras perguntas relacionadas mais especificamente ao rendimento escolar poderiam contribuir nesse aspecto.

Já na questão 14, pergunta-se ao aluno se fez algum curso preparatório para os usuais exames de ingresso no ensino superior (ENEM e vestibular).

Analisada de forma conjunta com a questão anterior, é possível inferir que os bolsistas estão preparados para o ingresso na universidade.

Mesmo que a impossibilidade de passar por um curso preparatório possa decorrer de restrições financeiras ou de pouca oferta do serviço, é notório constatar que 70% dos bolsistas ingressaram sem precisar recorrer a este tipo de preparação, conforme demonstrado na Tabela 16.

Tabela 16 – Curso preparatório

| Curso preparatório | Frequência | Percentual |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Não | 153 | 70,18% |
| Sim (intensivo) | 43 | 19,72% |
| Sim (extensivo) | 22 | 10,09% |
| Total válido | 218 | 100,00% |
| Não informou | 2 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Com a questão 15 se investigou qual o principal motivo pela escolha do curso. O resultado consta na Tabela 17.

Primeiramente, cabe esclarecer que a categoria “não informou” foi considerada na análise, pois apresentou um índice alto de ocorrência. Neste grupo, foram computadas tanto as ocorrências que não atenderam a proposta de marcação única de resposta quanto àquelas em que realmente se deixou de informar um motivo principal.

Já na opção “Outro”, os motivos apresentados nas cinco ocorrências foram: a influência de amigos, a possibilidade de trabalhar em empresa da área, a falta de opção e a continuação de um curso técnico, sendo que em uma ocorrência o motivo não foi exposto.

Tabela 17 – Principal motivo de escolha do curso

| Motivo | Frequência | Percentual |
|---|-------------------|-------------------|
| Vocação/Afinidade | 92 | 41,82% |
| Disponível em minha cidade de origem | 38 | 17,27% |
| Não informou | 30 | 13,64% |
| Empregabilidade | 21 | 9,55% |
| Possibilidade de concurso | 13 | 5,91% |
| Influência da família | 9 | 4,09% |
| Profissão bem remunerada | 9 | 4,09% |
| Outro | 5 | 2,27% |
| Possibilidade de conciliar com trabalho | 3 | 1,36% |
| Total | 220 | 100,00% |

Fonte: Elaborada pela autora

É notório destacar que mais de 40% dos alunos atribuíram à afinidade ou à vocação o principal motivo pela escolha de seu curso, o que pode conduzir a uma decisão adequada, e assim favorecer a permanência, evitar a evasão ou o abandono de curso, contribuir para a valorização da instituição e para o sucesso acadêmico, etc. Esta questão revelou um campo interessante de investigação, que relaciona a evasão, a permanência e as motivações dos alunos.

Ainda em uma perspectiva de análise de perfil, a questão 16, ao apresentar cinco opções de faixas de renda, solicitou ao aluno a indicação da renda familiar mensal. A Tabela 18 ilustra a situação de renda familiar dos alunos.

Tabela 18 – Renda familiar mensal

| Renda familiar mensal | Frequência | Percentual |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Até R\$ 1.000 | 141 | 66,51% |
| De R\$ 1.001 até R\$ 2.000 | 62 | 29,25% |
| De R\$ 2.001 até R\$ 3.000 | 6 | 2,83% |
| De R\$ 3.001 até R\$ 4.000 | 2 | 0,94% |
| Acima de R\$ 4.000 | 1 | 0,47% |
| Total válido | 212 | 100,00% |
| Não informou | 8 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Verifica-se que mais de 60% dos alunos afirmaram possuir uma renda familiar mensal de até R\$ 1.000,00, o que equivale a menos de dois salários mínimos nacionais, cujo valor se encontra em R\$ 545,00.

A seguir, perguntou-se qual o número de dependentes da renda familiar apresentada. As respostas a esta questão, do tipo aberta, foram agrupadas em escalas. E o resultado pode ser visto na Tabela 19.

Tabela 19 – Número de dependentes da renda

| Nº dependentes | Freqüência | Percentual |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| 1-2 | 45 | 21,63% |
| 3-4 | 125 | 60,10% |
| 5-6 | 34 | 16,35% |
| 7-8 | 3 | 1,44% |
| 9-10 | 1 | 0,48% |
| Total válido | 208 | 100,00% |
| Não informou | 12 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Observa-se, pela Tabela 19, que 60% dos alunos informaram que, em sua família, há de três a quatro indivíduos dependentes da renda familiar, outros 22% apontaram de um a dois dependentes desta renda, em 16% dos lares há de cinco a seis dependentes e somente 2% apresentam uma família cujo número de dependentes está na faixa de sete a dez indivíduos.

Durante a interpretação dos dados desta questão, surgiram as seguintes dúvidas: 1) os alunos haviam ou não incluído os provedores como dependentes da renda? 2) os alunos, mesmo que provedores, haviam se incluído como dependentes?

Percebeu-se, com isso, que cabia uma especificação neste aspecto, tendo em vista que mesmo os provedores dependem da renda familiar.

Cabe constar que, nesta pesquisa, ao invés de ser diretamente investigada a renda per capita⁸ do aluno, optou-se pelo desdobramento em uma questão referente à renda mensal e outra referente ao número de componentes do grupo familiar.

Apesar de, neste trabalho, através da questão 26, ser investigada qual a renda de manutenção mensal do aluno, sugere-se o questionamento direto da renda *per capita* em pesquisa futura, como forma de aferir se o requisito previsto no PNAES quanto à renda está sendo atendido. A renda per capita é o principal objeto de avaliação socioeconômica, realizada pela assistente social.

⁸ O Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS) define renda mensal familiar per capita como sendo “a soma total da renda bruta no mês de todos aqueles que compõem a família, dividida pelo número de seus integrantes”.

Na questão a seguir (nº 18), o aluno foi indagado sobre quem era o principal provedor de seu núcleo familiar, cujo resultado se encontra na Tabela 20.

Tabela 20 – Principal provedor da família

| Provedor | Frequência | Percentual |
|-----------------|-------------------|-------------------|
| Pai | 95 | 45,45% |
| Mãe | 66 | 31,58% |
| Você | 16 | 7,66% |
| Esposo/a | 15 | 7,18% |
| Outro(s) | 13 | 6,22% |
| Irmão/ã | 4 | 1,91% |
| Total válido | 209 | 100,00% |
| Não informou | 11 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Com 45%, o pai foi apontado como principal responsável pelo provimento do aluno e de sua família, seguido pela mãe, com 32%. Juntos, pai e mãe somam 77%, o que denota uma formação familiar tradicional dos bolsistas do programa de permanência da UNIPAMPA.

Considera-se interessante citar que, no relatório do Programa Bolsas de Permanência de 2009⁹, para a definição do perfil do bolsista, foi realizado um detalhamento maior no aspecto familiar, com questões relacionadas à profissão, grau de instrução e situação ocupacional do pai, da mãe, do responsável - com indicação do grau de parentesco, e do cônjuge, conforme o caso.

Nesta pesquisa, o aluno necessitou apontar apenas o grau de escolaridade do principal provedor da família, na questão 19, conforme resultado abaixo.

⁹ Relatório emitido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários, que traça o perfil dos 251 alunos contemplados pelo Programa Bolsas de Permanência em 2009, com base na análise dos formulários de inscrição ao programa.

Tabela 21 – Grau de escolaridade do principal provedor

| Escolaridade do provedor | Freqüência | Percentual |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Analfabeto(a) | 6 | 2,79% |
| Ensino Fundamental Incompleto | 78 | 36,28% |
| Ensino Fundamental Completo | 12 | 5,58% |
| Ensino Médio Incompleto | 17 | 7,91% |
| Ensino Médio Completo | 60 | 27,91% |
| Ensino Superior Incompleto | 24 | 11,16% |
| Ensino Superior Completo | 16 | 7,44% |
| Pós-graduação/Mestrado/Doutorado | 2 | 0,93% |
| Total válido | 215 | 100,00% |
| Não informou | 5 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Com relação ao grau de escolaridade do principal provedor da família, fica em destaque que 36% apresentam o ensino fundamental incompleto e que 28% apresentam o ensino médio completo.

Na questão 20, solicitou-se ao aluno para informar com quem compartilha moradia atualmente. Esta questão apresentava as seguintes opções de marcação única: “família”, “colegas”, “parentes”, “amigos” e “outros”.

Tabela 22 – Com quem mora

| Com quem mora | Freqüência | Percentual |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Família | 88 | 40,74% |
| Colegas | 69 | 31,94% |
| Parentes | 6 | 2,78% |
| Amigos | 16 | 7,41% |
| Outros | 37 | 17,13% |
| Total válido | 216 | 100,00% |
| Não informou | 4 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Observa-se, na Tabela 22, que 41% dos alunos moram com sua família, 32% moram com colegas, 7% com amigos e 3% com parentes. O grupo “Outros” alcançou expressivos 17%.

Ao marcar a opção “outros”, era requisitado ao aluno que informasse com “quem” morava, logo na seqüência. Contudo, verificou-se que:

- Foram 37 marcações na opção “outros”, mas há 40 ocorrências qualitativas na subopção “quem?”;

- Muitas das respostas se enquadravam nas opções “família”, “colegas”, “parentes” ou “amigos”. Com isso, infere-se que alguns alunos tenham entendido que cabia discriminar com quem moravam independentemente da opção marcada.

- Em 15 ocorrências, os alunos informaram morar sozinhos, o que representa 38% das 40 respostas. Com uma a três ocorrências cada, as outras respostas concedidas foram: pensão, aluguel de casa de família, mãe, quarto alugado, somente com a irmã, avó, esposa e filha, namorado(a), filhos, colegas da faculdade em pensão, esposo(a), aluguel de casa de uma pessoa, companheira, ex-sogra e colegas de curso.

A análise dessa questão mostrou que seria interessante apresentar apenas questões fechadas. Sugere-se a inclusão das opções “sozinho(a)” e “companheiro(a)” e o agrupamento das opções “família/parentes” e “colegas/amigos”.

A análise mostrou também que seria interessante constar uma pergunta sobre a situação de moradia do aluno: se mora em uma pensão ou se divide apartamento, por exemplo, e se paga ou não aluguel, etc.

Por ser uma ferramenta imprescindível para a realização de trabalhos acadêmicos, na questão 21 se pergunta ao aluno se possui ou não computador.

Verifica-se, pela Tabela 23, que 84% dos alunos-bolsistas possuem computador pessoal.

Tabela 23 – Posse de computador

| Computador | Frequência | Percentual |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| Sim | 182 | 83,87% |
| Não | 35 | 16,13% |
| Total válido | 217 | 100,00% |
| Não informou | 3 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Na mesma linha de inclusão digital, a questão. 22 busca averiguar qual o principal local de acesso a Internet pelo aluno.

Tabela 24 – Local de acesso a Internet

| Acesso Internet | Frequência | Percentual |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Casa | 95 | 48,72% |
| Universidade | 73 | 37,44% |
| Lan-house | 23 | 11,79% |
| Trabalho | 3 | 1,54% |
| Não acessa | 1 | 0,51% |
| Total válido | 195 | 100,00% |
| Não informou | 25 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Observa-se, na Tabela 24, que 49% dos alunos têm acesso a Internet em casa. Em segundo lugar, encontra-se a universidade, com 37%, seguido pela *lan-house*, com 12%. Os alunos que apontaram o local de trabalho e os que não acessam a Internet somam 2%.

Dando continuidade, a questão 23 busca investigar a situação patrimonial da família do aluno, no que se refere a bens imóveis próprios, rurais ou urbanos, possuídos pelo seu núcleo familiar.

Tabela 25 – Bens imóveis da família

| Bens | Freqüência | Percentual |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Sem imóveis | 96 | 44,24% |
| Um imóvel | 118 | 54,38% |
| Dois ou mais imóveis | 3 | 1,38% |
| Total válido | 217 | 100,00% |
| Não informou | 3 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Pela Tabela 25, observa-se que 54% das famílias dos acadêmicos possuem um único imóvel próprio, enquanto 44% não possuem imóveis próprios. E uma parcela inexpressiva apresenta mais de um imóvel próprio (menos de 2%).

Já a questão 24 busca investigar a situação patrimonial familiar do aluno no que concerne à propriedade de veículos.

Tabela 26 – Veículos da família

| Veículos da família | Freqüência | Percentual |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Não possui veículo | 131 | 59,82% |
| Um | 80 | 36,53% |
| Dois ou mais | 8 | 3,65% |
| Total válido | 219 | 100,00% |
| Não informou | 1 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

A partir da Tabela 26, verifica-se que 60% das famílias dos alunos não possuem qualquer veículo, enquanto que 36% possuem somente um e cerca de 4% apresentam mais de um veículo. Nesta pesquisa não se buscou saber o tipo de veículo da família, que pode se referir a motocicleta, automóvel, caminhão, etc.

Cabe constar que a situação patrimonial do aluno também é considerada na avaliação socioeconômica, por isso questões dessa natureza foram incluídas na pesquisa para traçar o perfil do bolsista.

Em seguida, na questão 25, o aluno devia indicar a forma com que se mantém em termos financeiros, podendo marcar mais de uma opção, cujo resultado consta na Tabela 27.

Tabela 27 – Forma de manutenção do aluno

| Forma de manutenção | Marcou | Não marcou | Total |
|----------------------------|---------------|-------------------|--------------|
| Mesada (família) | 79 | 141 | 220 |
| Bolsa(s) PBP | 200 | 20 | 220 |
| Bolsa PBDA | 17 | 203 | 220 |
| Trabalho formal | 12 | 208 | 220 |
| Trabalho informal | 14 | 206 | 220 |
| Benefícios sociais | 7 | 213 | 220 |
| Pensão alimentícia | 7 | 213 | 220 |
| Outro | 24 | 196 | 220 |

Fonte: Elaborada pela autora

Com 200 ocorrências, é possível notar que os auxílios do Programa Bolsas de Permanência são de longe a fonte de recursos que possibilitam aos alunos continuarem se dedicando ao ensino superior. Aparece, a seguir, a mesada da família, com 79 ocorrências, e outras fontes, com 24 ocorrências. As bolsas PBDA aparecem na quarta posição nesse ranqueamento, com 17 ocorrências.

Em “outro” foram apontadas as seguintes fontes: Bolsa PET, com quatro ocorrências; Bolsa PIBID, com sete ocorrências; Estágio remunerado, com cinco ocorrências; Bolsa CNPq, com três ocorrências; Bolsa FAPERGS, com uma ocorrência; Parcela da venda de motocicleta, com uma ocorrência; “Xerox”, com uma ocorrência; Aposentadoria, com uma ocorrência; e Ajuda da família, com uma ocorrência.

Convém destacar que, ao regulamentar a concessão de bolsas nas modalidades permanência e extensão nas instituições federais de educação

superior, o Decreto nº 7.416¹⁰, de 30 de dezembro de 2010, dentre outros requisitos, coloca em seu terceiro artigo que os candidatos a estas bolsas não devem receber qualquer outra bolsa paga por programas oficiais.

Assim, como a instituição concede auxílios pelo programa – e não propriamente a bolsa unificada de permanência, entende-se que não há impedimentos dessa ordem, atendendo ao disposto no decreto.

Complementando a questão anterior, a questão 26 investiga a renda de manutenção mensal do aluno. A partir da Tabela 28, verifica-se que 48% dos alunos se mantêm com uma renda mensal entre R\$ 330,00 a R\$ 500,00, 40% com menos de R\$ 330,00 e 12% vivem com mais de R\$ 500,00.

Tabela 28 – Renda de manutenção mensal

| Renda de manutenção mensal | Frequência | Percentual |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| abaixo de R\$ 330,00 | 88 | 40,37% |
| R\$ 330,00 a R\$ 500,00 | 105 | 48,17% |
| acima de R\$ 500,00 | 25 | 11,47% |
| Total válido | 218 | 100,00% |
| Não informou | 2 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

A seguir, encontra-se um grupo de questões (27 a 37), que busca conhecer as demandas dos alunos na área de assistência estudantil e sua percepção em relação ao Programa Bolsas de Permanência.

Sendo assim, na questão 27, de múltipla escolha, o aluno devia assinalar, com base em suas necessidades, as alternativas em que sentia falta de ações de assistência estudantil na UNIPAMPA. O resultado está contido na Tabela 29.

¹⁰ Decreto que regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas, nas modalidades permanência e extensão, por instituições federais de educação superior a estudantes de cursos de graduação.

Tabela 29 – Áreas demandantes de ações de Assistência Estudantil

| Falta ações nas áreas | Marcou | Não marcou | Total |
|---|---------------|-------------------|--------------|
| alimentação (restaurante universitário) | 157 | 63 | 220 |
| moradia estudantil | 87 | 133 | 220 |
| Transporte | 83 | 137 | 220 |
| atenção à saúde física e mental | 52 | 168 | 220 |
| inclusão digital | 32 | 188 | 220 |
| cultura, esporte e lazer | 73 | 147 | 220 |
| Creche | 7 | 213 | 220 |
| cursos de idiomas | 138 | 82 | 220 |
| apoio pedagógico | 13 | 207 | 220 |
| Acessibilidade | 13 | 207 | 220 |
| auxílio a eventos | 56 | 164 | 220 |
| Outras | 4 | 216 | 220 |

Fonte: Elaborada pela autora

Percebe-se que a primeira demanda apontada foi o restaurante universitário, em segundo lugar a oferta de cursos de idiomas, a terceira a questão de moradia estudantil. As demais, em ordem decrescente, foram: transporte, cultura/esporte/lazer, auxílio a eventos, atenção à saúde física e mental, inclusão digital, apoio pedagógico e acessibilidade, creche e outras.

No grupo “outras” as quatro ocorrências apontadas foram: centro de convivência, dificuldade de dois turnos de aula, Xerox e higiene pessoal.

Na questão 28, perguntou-se ao aluno se os auxílios recebidos no Programa Bolsas de Permanência suprem totalmente ou parcialmente suas necessidades com alimentação, moradia e transporte, conforme o caso, ou se simplesmente não suprem suas necessidades. A seguir, o aluno foi requisitado a explicar sua resposta.

O resultado pode ser verificado na Tabela 30, a seguir.

Pela Tabela 30, é possível observar que para 63% dos alunos os auxílios suprem parcialmente as necessidades, para 29% os valores são insuficientes e para somente cerca de 8% os auxílios recebidos suprem totalmente suas necessidades.

Tabela 30 – Suficiência das bolsas

| Valor da bolsa | Frequência | Percentual |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Totalmente | 17 | 7,76% |
| Parcialmente | 139 | 63,47% |
| São insuficientes | 63 | 28,77% |
| Total válido | 219 | 100,00% |
| Não informou | 1 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Realizada uma análise qualitativa das explicações dadas pelos estudantes em 150 ocorrências, verificou-se que:

| Síntese das respostas qualitativas da questão nº 28 |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Para alguns alunos as bolsas recebidas apenas ajudam em suas despesas, sendo necessário um complemento por parte da família. - Alguns alunos utilizam as bolsas do programa de permanência para ajudar nas despesas da família, isto é, como um complemento da renda familiar. - Ao mencionar a família, os alunos se reportam a cônjuge e filhos em alguns casos, e em outros a progenitores e responsáveis e aos dependentes destes. - Alguns alunos necessitam complementar sua renda de manutenção com outras bolsas. - Alguns alunos necessitam trabalhar para se manter. - Alguns alunos contam com a ajuda de outras pessoas. - Alguns alunos se queixaram por não receber as três modalidades de auxílios do programa. - O auxílio Moradia aparece de forma recorrente como insuficiente. Além do custo elevado com aluguel, os alunos citaram gastos correlatos, como água e luz. - Os alunos citaram que gastam muito com impressão de trabalhos, compra de livros e fotocópia de apostilas, e com participação em eventos. - Para alguns alunos, os Campi da Unipampa são “longe de tudo”, o que contribui para manter altas as despesas com alimentação e transporte. A implantação de um Restaurante Universitário foi apontada como solução desejável. - Repetidamente, os alunos colocaram que os valores das bolsas são baixos, sendo inferiores às necessidades cotidianas e ao custo de vida nas cidades-sede da Unipampa, necessitando, portanto, de um reajuste, com base em índices econômicos (inflação). |

Quadro 5 – Síntese das respostas quanto à suficiência das bolsas

Fonte: Elaborada pela autora

Na questão 29, perguntou-se ao aluno qual o seu grau de satisfação em relação ao programa. E, a seguir, o aluno foi requisitado a explicar sua resposta.

Pela Tabela 31, é possível observar que 87% dos alunos se dizem satisfeitos ou muito satisfeitos e somente 13% se dizem insatisfeitos.

Tabela 31 – Satisfação em relação ao PBP

| Grau de Satisfação | Frequência | Percentual |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Muito Satisfeito | 40 | 18,69% |
| Satisfeito | 145 | 67,76% |
| Insatisfeito | 29 | 13,55% |
| Total válido | 214 | 100,00% |
| Não informou | 6 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

A análise qualitativa das 101 ocorrências obtidas nesta questão está contida no Quadro 6, a seguir, e reitera as respostas obtidas com a questão anterior.

Síntese das respostas qualitativas da questão nº 29

- Para os alunos, as bolsas recebidas auxiliam muito, mas não são suficientes para suprir todas as necessidades. Há inclusive um relato de que o valor baixo da bolsa “acaba causando stress e prejudicando nos estudos, pois a preocupação com as contas no fim do mês são grandes”.
- Para os alunos, as bolsas são imprescindíveis para sua permanência na Unipampa, ao contribuir com as despesas de manutenção na cidade.
- Em sua maioria, os alunos reconhecem que o programa de permanência os mantém na universidade e contribuem até mesmo para o rendimento acadêmico em seu curso, motivando para o estudo.
- Para os alunos, os valores dos auxílios devem ser maiores, devendo ser reajustados ao custo de vida das cidades, às despesas cotidianas e aos índices inflacionários.
- Enquanto alguns alunos afirmaram que podem contar com as bolsas, devido ao pagamento pontual, outros relatam que atrasos nos depósitos os colocam em situação de devedores ante as contas vencidas.
- Apurou-se como causa recorrente de insatisfação o não recebimento dos três benefícios do programa, conforme relatos a seguir: “Estaria mais satisfeita se ganhasse pelo menos mais uma das bolsas [...]”, “De acordo com a renda de meus pais [...] acho que poderia receber mais de um auxílio”, “Existem pessoas que precisam menos e possuem todas as bolsas”, “Devido ter pessoas que não precisam do benefício e eu preciso e não ganho todas as bolsas”, “[...] sou de outra cidade, tendo gastos altos e não recebi a de transporte, sendo que colegas que são daqui [...] recebem as três bolsas”. Há, contudo, relato contrário, como o de um aluno que considera que “[...] os resultados das avaliações são justos”.
- Há menção a gastos com fotocópias, para ilustrar que há outros gastos além dos de alimentação, moradia e transporte.
- Novamente, aparecem as situações: do aluno que tem as bolsas PBP como única renda, do aluno que necessita complementar sua renda com outras bolsas, do aluno que fica satisfeito em contribuir com o orçamento familiar por intermédio das bolsas PBP, etc.

Quadro 6 – Síntese das respostas quanto ao grau de satisfação

Fonte: Elaborada pela autora

A seguir, na questão 30, perguntou-se ao aluno se encontrou alguma dificuldade para freqüentar o seu curso. Conforme exposto na Tabela 32, 80% dos alunos afirmam não ter enfrentado dificuldades para freqüentar seu curso na UNIPAMPA, enquanto 20% dos alunos afirmam terem passado por dificuldades, as quais deviam ser citadas na seqüência.

Tabela 32 – Dificuldade de freqüentar

| Dificuldade | Freqüência | Percentual |
|--------------------|-------------------|-------------------|
| Sim | 43 | 19,91% |
| Não | 173 | 80,09% |
| Total válido | 216 | 100,00% |
| Não informou | 4 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Na análise qualitativa das 43 ocorrências obtidas, a maior dificuldade apontada pelos alunos para freqüentar seu curso foi em relação a transporte.

Os alunos se queixaram da limitação do transporte coletivo urbano, pelos horários escassos disponibilizados, pelos veículos em condições precárias, e pelos pontos de espera de ônibus inadequados, especialmente em dias de chuva. Para os alunos que estudam à noite, o horário de saída também é citado como um problema quando se depende de transporte coletivo.

Além disso, alguns alunos relataram que as aulas são realizadas em vários locais¹¹ e que o *Campus* é distante do centro da cidade ou da residência do aluno, o que dificulta o deslocamento e repercute em aumento dos gastos com passagens.

Por este motivo, alguns alunos têm de almoçar ou lanchar na universidade, sem contar, contudo, com uma estrutura adequada para alimentação na própria universidade ou nos arredores. Somado a isto está o aumento no valor da alimentação e do transporte.

¹¹ Situação provisória motivada pelo fato de os prédios acadêmicos não estarem concluídos em algumas unidades.

Outras dificuldades apontadas foram: dificuldade em conciliar estudo com trabalho; impossibilidade de trabalhar devido a curso diurno; gastos com material e fotocópias; distância da cidade de origem; estrutura física; exclusão digital; mobilidade; custo da bibliografia; o desamparo do curso de Letras (Bagé), segundo um aluno; e problemas financeiros.

Nesta questão, destacam-se três relatos de dificuldades, que denotam a importância de um acompanhamento por parte da assistente social:

- “Quando sou impossibilitado de ir à aula, pois não estou bem alimentado”;
- “Pois às vezes deixo de ir à escola e comprar passagens para poder ajudar meu companheiro, em relação a minha filha”;
- “Renda. Pois meus pais não gostam de me sustentar ainda. De certa forma sou incômodo para a família”.

Alguns alunos optaram por explicar o porquê não apresentam dificuldades ao frequentar seu curso, atribuindo ao programa de permanência sua manutenção, conforme dois relatos: “sem a bolsa ficaria difícil para manter-me no curso” e “quando não tinha bolsa de permanência pensava em desistir, agora penso em concluir o curso o mais rápido possível, para trabalhar”.

Já na questão 31, perguntou-se ao aluno se teve alguma dificuldade para ingressar na instituição.

Tabela 33 – Dificuldade de ingresso

| Dificuldade no ingresso | Frequência | Percentual |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Sim | 20 | 9,09% |
| Não | 200 | 90,91% |
| Total | 220 | 100,00% |

Fonte: Elaborada pela autora

Pela Tabela 33, pode-se afirmar que 91% dos alunos não encontraram dificuldades no ingresso à UNIPAMPA, enquanto 9% afirmam ter encontrado dificuldades, as quais foram explicitadas em 21 ocorrências.

Realizada uma análise qualitativa destas ocorrências, verificou-se que as dificuldades no ingresso foram resumidamente: a distância da cidade de origem; a chegada à cidade; deslocamento/ mudança/ transporte; as passagens caras; encontrar moradia com preço acessível, em meio à especulação imobiliária, principalmente para com estudantes que provém de outros estados; choque cultural; dificuldades financeiras; questões burocráticas; ensino médio fraco; por trabalhar antes do período de ingresso; e referentes ao processo seletivo, com relatos do tipo “se não fosse federal e o ENEM, nunca teria entrado” e “poderia ter entrado antes”, de um aluno ao mencionar que os suplentes anteriores não freqüentaram o curso.

Na questão 32, perguntou-se ao aluno se participa de eventos na UNIPAMPA, tais como palestras, jornadas, seminários, congressos, etc.

Pode-se observar, pela Tabela 34, que 96% dos alunos participam de eventos e somente 4% afirmam não participar.

Tabela 34 – Participação em eventos

| Participação em eventos | Frequência | Percentual |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| Sim | 211 | 96,35% |
| Não | 8 | 3,65% |
| Total válido | 219 | 100,00% |
| Não informou | 1 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Aos alunos que respondiam não participar de eventos, pedia-se para explicar o motivo. Contudo, nem todas as 35 ocorrências qualitativas obtidas nesta questão atenderam à proposta, tendo em vista que alguns alunos explicaram por que participavam dos eventos. Entre os motivos elencados estão: por agregar valor ao currículo, por contribuir para a formação acadêmica, por contar como atividades complementares de graduação (ACG), etc.

Os alunos que não costumam participar de eventos expuseram as seguintes razões: falta de informações; falta de tempo; por não ter tido oportunidade; por

questão de trabalho; e, como resposta mais freqüente, por limitações financeiras, condicionando a participação a eventos locais, que não demandam tantos recursos.

De forma similar à questão anterior, na questão 33 o aluno é questionado quanto à sua participação em projetos de pesquisa, extensão e/ou ensino na UNIPAMPA, com ou sem ganho de bolsas.

Tabela 35 – Participação em projetos

| Participação em projetos | Freqüência | Percentual |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Sim | 97 | 44,09% |
| Não | 123 | 55,91% |
| Total | 220 | 100,00% |

Fonte: Elaborada pela autora

Nesta questão, verifica-se, a partir da Tabela 35, que 44% dos alunos beneficiados pelo programa de permanência participam de projetos de pesquisa, extensão ou ensino na UNIPAMPA, enquanto que 56% dos alunos não participam.

Realizou-se um levantamento destes projetos, obtendo-se 92 ocorrências. Como respostas, encontram-se menções à modalidade de projeto, aos órgãos de fomento ou à participação voluntária, e/ou referência ao projeto em si. Constatou-se que há bolsistas PBP envolvidos com grupos do Programa de Educação Tutorial¹² (PET), com o PBDA, com o PIBID, com o CNPq, atuando em empresa júnior, etc.

Algumas das temáticas encontradas neste levantamento foram: educação ambiental nas escolas, reciclagem, citogenética, bioquímica toxicológica, fisiologia humana, agricultura familiar, ecoeficiência, cultura de paz, cadeia produtiva da madeira, interação inseto-planta, raios-x, plano municipal de saúde, física moderna, horta comunitária, agronegócio, história da mídia, pedagogia, biossorventes, extratos vegetais, acidentes com plantas tóxicas, diabetes, posse responsável de cães, ciclo de colóquios interdisciplinares, espanhol para *ninõs*, a paleontologia e a educação

¹² No Programa de Educação Tutorial (PET) se permite a formação de somente um grupo de estudantes por curso de graduação, em determinada instituição de ensino superior. O grupo fica sob a tutoria de um docente e as atividades são conduzidas segundo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

patrimonial, organização de feiras, crescimento acadêmico, Câmara de Vereadores, divulgação do curso de aqüicultura, construção de currículo em rodas de conversa, ervas daninhas, monitoramento da ocupação do solo, análise de idade, etc.

Na quarta 34, de marcação única, pediu-se ao aluno para indicar qual seria a sua situação sem os benefícios do programa de permanência.

Tabela 36 – Situação sem os benefícios

| Situação sem os benefícios | Frequência | Percentual |
|---|-------------------|-------------------|
| Continuaria estudando da mesma forma | 17 | 8,21% |
| Teria que prolongar meu tempo na universidade | 33 | 15,94% |
| Pediria auxílio a parentes | 34 | 16,43% |
| Iria trabalhar e continuaria estudando | 43 | 20,77% |
| Suspenderia o curso | 74 | 35,75% |
| Outro | 6 | 2,90% |
| Total válido | 207 | 100,00% |
| Não informou | 13 | |
| Total | 220 | |

Fonte: Elaborada pela autora

Pela Tabela 36, constata-se que 36% dos alunos suspenderiam o curso, 21% iriam trabalhar e continuariam estudando, 16% pediriam auxílio a parentes, 16% acham que teriam que prolongar o tempo de realização do curso, 8% continuaram estudando da mesma forma e 3% apontaram outra forma.

Contudo, apesar de seis alunos terem marcado a opção “Outra”, foram obtidas 12 ocorrências qualitativas na sub-questão “Qual?”.

Destacam-se as seguintes respostas:

- Alguns alunos apontaram que, nesta situação, provavelmente teriam que trabalhar e transferir o curso de diurno para noturno.

- Um aluno colocou que trabalhar prolongaria o tempo do curso, ao considerar a oferta de disciplinas;

- Alguns apontaram que trabalhar afetaria os estudos;

- Um aluno colocou que é difícil procurar emprego em outra região;

- Alguns alunos citaram que ficaria complicado para os pais mantê-los na universidade, especialmente no caso de a família estar longe;

- Um aluno colocou que procuraria outras bolsas na universidade.

Na questão 35, do tipo aberta, pediu-se ao aluno para refletir sobre a influência que a bolsa PBP exercia em seu rendimento acadêmico.

Obteve-se 205 ocorrências, cujo resultado da análise se encontra abaixo. Basicamente, foram identificados dois grupos de respostas, com uma maioria estabelecendo uma relação direta e profícua entre a bolsa PBP e o seu rendimento, e uma minoria que não estabeleceu uma relação.

De forma geral, o aluno considera que as bolsas do PBP contribuem positivamente para seu rendimento acadêmico pelas seguintes razões:

- a) as bolsas do PBP estimulam, incentivam o bom rendimento acadêmico;
- b) sem a necessidade de trabalhar, a dedicação é integral aos estudos, o que provoca uma melhoria no rendimento;
- c) o aluno deve se esforçar mais para não perder os benefícios, pela necessidade de atender critérios específicos do programa quanto a desempenho e frequência no curso;
- d) o programa permite ao aluno dar continuidade aos estudos;
- e) o programa de permanência contribui para a aquisição de material de estudo, tal como polígrafos e fotocópias, para despesas de atividade de campo e para a participação em atividades extracurriculares, como seminários e congressos;
- f) o programa influencia na frequência, pois sem o auxílio transporte alguns alunos não teriam como comparecer regularmente às aulas no Campus;
- g) a dedicação ao curso se estende para além das disciplinas, o aluno passa a se interessar por projetos e a se comprometer com atividades extracurriculares;
- h) o programa evita a evasão, ajuda a diminuir o tempo de conclusão do curso na universidade e aumenta o tempo de dedicação ao curso na universidade;
- i) o programa assegura a permanência do aluno na cidade-sede de seu curso;
- j) o programa de permanência tira o foco dos alunos para as preocupações financeiras, dando-lhes mais tranquilidade e segurança frente aos seus gastos;
- l) o programa contribui para o bem-estar, pois ajuda o aluno a morar em melhores condições e a se alimentar melhor;

Pela leitura efetuada, e usando a expressão de um aluno, o programa é um “apoio que cumpre seu objetivo”, no que diz respeito ao binômio formação/desenvolvimento acadêmico e manutenção/permanência. Assim, o PBP garante condições mínimas para que o aluno se preocupe mais em estudar.

Alguns alunos se queixaram novamente dos valores dos auxílios serem baixos e dos transtornos causados por eventuais atrasos no pagamento.

Esta questão mostrou também a necessidade de se ter um sistema informatizado que permita aferir realmente a relação do rendimento acadêmico antes e depois do aluno ser beneficiado no programa.

Contudo, o mais interessante foi constatar que há desvios de uso dos auxílios por parte dos alunos, cuja finalidade é somente para alimentação, moradia e transporte. Ao mesmo tempo, percebe-se que o recurso está sendo aplicado para ações significativas para a formação do aluno, como aquisição de materiais e na participação em atividades extracurriculares. Caberá à instituição achar uma solução, para que o aluno possa dispor também de recursos para demandas correlatas à sua formação.

Alguns poucos alunos não estabeleceram uma relação entre as bolsas e seu rendimento, conforme alguns depoimentos destacados a seguir:

“... meu rendimento sempre será bom, se eu pretendo me formar. A PBP auxilia em meus gastos para permanecer em outra cidade”.

“Ela não interfere no meu rendimento, pois não é pelo dinheiro que estudo”.

“[...] Não há muita influência, mas tenho em mente que tenho que me esforçar um pouquinho mais para não perder as bolsas”.

“A PBP depende de um bom rendimento, mas mesmo se eu não a ganhasse eu continuaria com um rendimento bom. Meu rendimento acadêmico é bom, independente de “valores””.

Dando continuidade, na questão 36, solicitou-se ao respondente para atribuir uma nota a cada uma das etapas e processos do PBP, considerando aspectos como transparência, facilidade, clareza, adequação, apoio, dentre outros que julgasse pertinente à etapa/processo. O resultado da tabulação das ocorrências válidas está contido na Tabela 37.

De forma geral, todas as etapas do programa de permanência foram bem avaliadas pelos alunos, com notas superiores a 7.

Cabe ainda registrar os comentários feitos em dois questionários.

Na etapa de apresentação de documentos, um aluno afirma que há pessoas que omitem sua real situação socioeconômica. Na etapa de seleção, o mesmo aluno comenta que pessoas que não precisam recebem o benefício, e pessoas que precisam não recebem. Já na etapa de pagamento, este aluno critica o atraso no pagamento.

Em outro questionário, outro aluno colocou a seguinte nota na etapa de pagamento: “há meses em que atrasam, bem diferente dos juros do aluguel, que nunca atrasam”.

Tabela 37 – Notas concedidas às etapas e processos

| N | Processo/Nota | zero | 1-3 | 4-6 | 7-9 | 10 | Total válidos |
|----------|--|-------------|------------|------------|------------|-----------|----------------------|
| 1 | Periodicidade | 0% | 3% | 15% | 50% | 33% | 100% |
| 2 | Divulgação do programa | 0% | 3% | 13% | 51% | 33% | 100% |
| 3 | Divulgação de resultados | 0% | 3% | 8% | 52% | 37% | 100% |
| 4 | Linguagem do edital | 0% | 1% | 8% | 55% | 37% | 100% |
| 5 | Prazos do programa | 0% | 3% | 14% | 55% | 28% | 100% |
| 6 | Ficha de inscrição | 0% | 1% | 8% | 53% | 38% | 100% |
| 7 | Apresentação de documentos | 1% | 3% | 17% | 49% | 30% | 100% |
| 8 | Seleção | 1% | 3% | 13% | 48% | 35% | 100% |
| 9 | Pagamento do(s) benefício(s) | 0% | 4% | 11% | 48% | 37% | 100% |
| 10 | Avaliação (manutenção ou não das bolsas) | 1% | 4% | 7% | 52% | 37% | 100% |
| 11 | Orientações prestadas | 0% | 1% | 4% | 31% | 64% | 100% |
| 12 | Acompanhamento do bolsista | 0% | 3% | 7% | 35% | 54% | 100% |

Fonte: Elaborada pela autora

Na última questão, a de nº 37, o aluno podia, caso desejasse, expor sua opinião descritiva sobre o PBP (críticas, reclamações, sugestões, elogios, etc).

Obteve-se 103 ocorrências. No resultado da análise, no Quadro 7, a seguir, estão destacados os depoimentos considerados mais representativos.

| Categoria | Síntese |
|-------------------------------------|--|
| Valores dos auxílios | <ul style="list-style-type: none"> - “A bolsa teria que passar por uma pesquisa e ver realmente se ela cobriria as necessidades dos acadêmicos que estão usufruindo”. - “O valor da bolsa deveria adequar-se de acordo com cada região. Ex.: valores de aluguéis, valor no preço da comida e do transporte”. - “Unificar as bolsas em um valor mais elevado”. - “O valor do auxílio deveria ser aumentado para o valor do salário mínimo”. - “Poderia ser reavaliado os valores pagos por cada bolsa e a ampliação da bolsa moradia”. - “Apenas o valor não é suficiente para suprir as necessidades que se dispõe, contudo o processo é muito bom”. - “O programa é útil e atende às necessidades, porém não acompanha os valores que crescem tanto no transporte, moradia e alimentação”. - “A bolsa PBP não é o suficiente para todas as despesas dos acadêmicos”. - “Os cálculos dos valores deveriam levar em conta a sua região (cada uma tem um valor e necessidade). Essa estrutura “macro” não serve”. - “O PBP é importante porque possibilita ao aluno uma estabilidade e confiança, pois ajuda a cobrir um pouco dos gastos”. - “Acho que o valor da bolsa moradia poderia ser maior, já que raramente o valor que pagamos de aluguel é menor ou é apenas R\$130,00”. |
| Comprovação dos gastos | <ul style="list-style-type: none"> - “Acho que deveria ser abolida a entrega das notas de supermercado, ficando apenas as comprovações de renda e residência”. - “O PBP ajuda muito a minha permanência aqui [...], mas o PBP poderia rever sua avaliação quanto à apresentação de comprovantes como as notas de alimentação”. |
| Acompanhamento e orientações | <ul style="list-style-type: none"> - “Sempre sou bem recebida pela minha assistente social. Encontro apoio quando necessário”. - “Acompanhar mais de perto os estudantes”. - “Muito boa atenção dada, sempre estão buscando melhorar para os alunos e serem o mais justos possível com todos”. - “Um acompanhamento mais próximo, com relação a atribuições de bolsa, já que há alunos que não necessitam e recebem essa remuneração”. - “Ótima iniciativa e oferta da universidade, bom atendimento por parte da assistente social”. - “[...] só tenho elogios para a assistente social responsável do campus [...], pois sempre deixa tudo bem esclarecido”. |

| Categoria | Síntese |
|--|---|
| Processos e critérios de inscrição, seleção e avaliação | <ul style="list-style-type: none"> - “Penso que a bolsa moradia poderia ser mais abrangente, no meu caso, por exemplo, pago financiamento e condomínio [...]”. - “[...] as etapas e processos serem mais rápidos”. - “Queria que revissem a dificuldade dos alunos que vem de fora da cidade e colocar como prioridade as pessoas que vem de longe”. - “Considero que no campus [...] todas as etapas do processo do PBP [...] são desenvolvidos com muita clareza e presteza no atendimento, espero que continue assim”. - “Os prazos para inscrição devem ser maiores [...]”. - “Um programa que auxilia alguns, mas deixa algumas pessoas que realmente precisa de fora. Sugestão seria uma pesquisa mais fundo dos bolsistas, pois muita gente não precisa e está usufruindo”; - “Deveria ser mais selecionável, pois existem pessoas que não precisam e gastam em lazer apenas”; - “[...] aumentar o período da bolsa e também realizar visitas a residências”. - “Acredito que o programa deve realizar um levantamento mais real de quem realmente precisa da bolsa. Porque enquanto quem precisa da bolsa não ganha e outros que ganham não precisam muito. E também porque alguns que recebem não precisam e há também os que passam necessidades mesmo com as três bolsas”. - “Sugiro que tenha uma pesquisa ou uma nova pesquisa de “custo de vida” para saber qual a média um aluno gastaria para sobreviver mesmo que contando com uma mesada dos pais. Pois atualmente as bolsas estão um pouco fora da realidade. Enquanto a bolsa transporte é mais que suficiente, a moradia e alimentação não são. E principalmente, em relação ao processo de seleção vejo gente que não tem cama e dorme no colchão no chão e não tem bolsa, enquanto outras que andam com <i>roupinha de marca, notebook, smartphone</i> e ainda dorme em cama de casal <i>Box</i> – com bolsa. A seleção deveria ter uma entrevista cara-cara, ser mais bem apurada para evitar, um pouco, esses absurdos que querendo ou não podem acontecer [...]”. - “[...] acredito que o prazo da bolsa deve ser anual e não semestral” (aluno se referindo à avaliação). - “[...] sou de outra cidade, tenho gastos que já sabem, e não entendo como que colegas com carro, recebem vale transporte, trabalham, e recebem alimentação, são da cidade, e recebem auxílio moradia. Enquanto eu, recebo 2, sinto necessidade do de transporte”. - “Sou grata pela bolsa só permaneço na faculdade graças a ela. Seria interessante se houvesse uma seleção mais apurada para recebermos mais, já que são pouquíssimas bolsas PBDA e é impossível um trabalho formal conciliado com a faculdade”. - “Os quesitos prazo/periodicidade devem rever ao meu entender que para novos bolsistas o fomento deve chegar antes de começarem as aulas”. |

| Categoria | Síntese |
|-------------------------------|--|
| Pagamento dos auxílios | <ul style="list-style-type: none"> - “A bolsa é muito importante para a ajuda de manutenção do acadêmico, mas o atraso às vezes no pagamento deixa apreensivo, porque realmente necessito destes valores”. - “Demora no pagamento, prejudicando o pagamento das passagens e dificultando a alimentação [...] quem utiliza a bolsa moradia tem que ficar se justificando na hora de pagar o aluguel por causa dos atrasos”. - “Somente o fato de muitas vezes o pagamento atrasar sendo assim saímos muitas vezes prejudicados por causa dos prazos com aluguel e outras contas”. - “Paga pouco, porém no prazo”. - “Só o fato de não saber precisamente o dia do pagamento do benefício”. |
| Finalidade do programa | <ul style="list-style-type: none"> - “O programa vem somente a crescer na vida do acadêmico, possibilitando o acesso e permanência do mesmo no meio universitário”. - “Sou grato pela oportunidade de ser participante”. - “Ótima ajuda para os mais necessitados”. - “Acho de grande importância que o PBP continue, pois sem ele muitas pessoas não conseguiriam permanecer no curso, assim como eu”. - “É uma excelente bolsa, pois auxilia muito os acadêmicos, principalmente os de fora da cidade...”. - “Tenho a agradecer ao programa e dizer que sem ele realmente muitos alunos não poderiam estar cursando universidade por sua carência econômica”. - “É um programa que auxilia muito os estudantes, e que deve atender cada vez mais os alunos que necessitam”. - “A universidade deve continuar “lutando” pelas bolsas, porque estas são muito importantes para o aluno, principalmente aqueles em que a família não tem muitas condições financeiras. O aluno tem direito de receber um apoio da universidade e por isso minha sugestão é de que as bolsas PBP devam continuar”. - “A bolsa PBP é um bom auxílio, já que a faculdade não dispõe de restaurante universitário e casa do estudante”. - “Acredito que o PBP muito importante, pois através dele temos a oportunidade de nos dedicarmos a universidade e a nossa formação acadêmica. Sem este benefício eu teria que trabalhar e não teria o mesmo rendimento”. - “É uma ajuda de grande valia, a qual só induz o aluno a se esforçar para concluir o curso, apesar de dificuldades financeiras”. |

| Categoria | Síntese |
|-------------------------|--|
| Outras sugestões | <ul style="list-style-type: none"> - “Deveria ter outra bolsa auxílio de livros e Xerox”. - “Seria agradável existir um auxílio para internet ou computador”. - “Sugestão: auxílio para a participação em eventos”. - “Sugiro o aumento do número de vagas para bolsas trabalho” (referência do aluno ao Programa Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico, na modalidade Iniciação à Gestão Acadêmica). - “Deveria existir outros programas para esse fim, sem necessariamente ser em dinheiro”. - “[...] Tinha que haver um programa para Xerox e mais auxílios para viagens da unipampa”. - “[...] aumentar a quantidade de PBDAs”. |

Quadro 7 – Síntese das opiniões sobre o PBP por seus bolsistas

Fonte: Elaborada pela autora

A seguir, encontra-se, no Quadro 8, uma síntese dos resultados encontrados na pesquisa, a fim de dar uma visão geral da situação dos bolsistas.

| Síntese dos resultados obtidos na pesquisa |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • 90% dos bolsistas são jovens, entre 17 e 30 anos. • 64% dos bolsistas são do sexo feminino, enquanto que 36% são do sexo masculino. • 82% dos bolsistas PBP são riograndenses e 18% provêm de outros estados. • 82% dos bolsistas provêm de ambiente urbano e cerca de 18% de ambiente rural. • 86% são solteiros e apenas 12% estão casados ou convivem em união estável. • 87% dos alunos realizou a educação básica em escola pública. • 72% dos bolsistas afirmam nunca terem repetido de ano durante a educação básica. • 70% dos bolsistas ingressaram sem precisar recorrer a algum curso preparatório. • Cerca de 96% estão em seu primeiro curso de graduação. • Mais de 40% dos alunos atribuíram à afinidade ou à vocação a escolha por seu curso. • 44% dos respondentes se encontram no terceiro semestre do curso, 23% estão no quinto semestre e 20% no sétimo semestre. • 76% dos alunos beneficiados pelo PBP estudam no período diurno. • 41% dos alunos moram com sua família, 39% moram com colegas e amigos. • 43% dos bolsistas recebem as três modalidades de auxílios, o que indica a situação de vulnerabilidade socioeconômica em que se encontram. • Os auxílios do PBP foram apontados pelos alunos como a principal forma de manutenção, seguido pela mesada da família. • 48% dos alunos se mantém com uma renda mensal entre R\$ 330,00 a R\$ 500,00, 40% com menos de R\$ 330,00 e 12% vivem com mais de R\$ 500,00. • Mais de 60% dos alunos afirmaram possuir uma renda familiar mensal baixa, de até R\$ 1.000,00, o que equivale a menos de dois salários mínimos nacionais. |

Síntese dos resultados obtidos na pesquisa

- 60% dos alunos afirmam que três a quatro indivíduos dependem da renda familiar.
- O pai foi apontado como principal provedor da família, com 45%, seguido pela mãe, com 32%, o que denota uma formatação familiar tradicional.
- Com relação ao grau de escolaridade do principal provedor da família, destaca-se que 36% apresentam o ensino fundamental incompleto e 28% o ensino médio completo.
- 84% dos alunos-bolsistas possuem computador e 49% têm acesso a Internet em casa.
- 54% das famílias dos acadêmicos possuem um único imóvel próprio, enquanto 44% não possuem imóveis próprios e 60% das famílias não possuem veículo.
- A principal demanda apontada na área de assistência estudantil foi o restaurante universitário, seguido pela oferta de cursos de idiomas e pela moradia estudantil.
- Para 63% dos alunos os auxílios do PBP suprem parcialmente as necessidades, para 29% os valores são insuficientes e para 8% suprem totalmente.
- 87% dos alunos se dizem satisfeitos ou muito satisfeitos com o programa.
- 80% dos alunos afirmam não enfrentar dificuldades para freqüentar seu curso, enquanto 20% dos alunos sim, sendo o transporte a maior dificuldade apontada.
- 91% dos alunos não encontraram dificuldades no ingresso à Unipampa.
- 96% dos alunos participam de eventos e 44% participam de projetos de pesquisa, extensão ou ensino na Unipampa.
- Se não tivessem os benefícios do PBP, 36% dos alunos suspenderiam o curso, 21% iriam trabalhar e continuariam estudando, 16% pediriam auxílio a parentes, 16% acham que teriam que prolongar o tempo de realização do curso, 8% continuaram estudando da mesma forma e 3% apontaram outra forma.
- De forma geral, todas as etapas do programa de permanência foram bem avaliadas pelos alunos, com notas superiores a 7.
- Os alunos têm utilizado os auxílios também para custear a impressão de trabalhos, compra de livros, fotocópia de apostilas, participação em eventos, etc.
- A maioria dos alunos estabelece uma relação direta e profícua entre a bolsa PBP e o seu rendimento acadêmico e reconhece a contribuição dos valores recebidos.
- Os alunos consideram os valores das bolsas baixos frente às demandas cotidianas e ao custo de vida nas cidades-sede da Unipampa, necessitando, portanto, de reajuste.
- Além dos baixos valores, foram motivos de queixas: atrasos no pagamento e o não recebimento dos três benefícios.
- As alternativas apontadas pelos alunos para complementar sua renda foram: trabalho, auxílio de outras pessoas, outras bolsas e repasse pela família. Alguns poucos alunos citaram poder contribuir com as despesas da família, através das bolsas.
- Para alguns alunos, os Campi da Unipampa são “longe de tudo”, o que contribui para manter altas as despesas com alimentação e transporte.
- O auxílio Moradia aparece de forma recorrente como insuficiente. Além do custo elevado com aluguel, fruto de especulação imobiliária, os alunos citaram gastos correlatos, como água, luz, condomínio, etc.

Quadro 8 – Síntese geral dos resultados

Fonte: Elaborada pela autora

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 é que a assistência social passa a ser entendida como direito dos cidadãos, devendo ser garantida a quem dela necessitar. Antes disso, a assistência social era confundida com caridade, benevolência.

Já a Constituição de 1998 foi um marco em termos gerenciais, introduzindo conceitos consolidados da administração privada, como forma de demonstrar que a Administração Pública deve também prestar serviços adequados, com qualidade e eficiência, sem descuidar da legislação, pois está a serviço do cidadão e deve satisfazê-lo em suas necessidades.

Assim, novas soluções e estratégias foram sendo criadas e aperfeiçoadas ao longo dos anos, com o intuito de atender às demandas advindas da sociedade. Contudo, a Administração Pública ainda carece de iniciativas que visem à avaliação de processos e programas, o que é fundamental para assegurar qualidade e eficiência.

Nessa perspectiva, cita-se a educação como um direito de todos. Promover sua qualidade é garantir que todos possam se desenvolver e ocupar papéis estratégicos na sociedade.

A sociedade brasileira assistiu a uma ampliação geral de acesso e de inclusão na educação superior, notadamente no governo de Lula, o que provocou a mudança no perfil social das universidades, com a entrada de camadas menos favorecidas, e exigiu uma política ativa de igualdade.

Além da criação de formas de manutenção destes universitários até a conclusão de seu curso, há de se criar meios e condições para que tenham tempo de estudar e para que possam acessar bens necessários à sua formação, como forma de minimizar o desnivelamento brutal e histórico entre ricos e pobres.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi então consagrado política de Estado, em 2010, com o Decreto nº 7.234, o que significa um esforço permanente e articulado do Estado com a questão da educação superior.

O PNAES atribui às instituições federais de ensino superior a responsabilidade pelo desenvolvimento de ações de assistência estudantil, devendo, portanto, dar condições de permanência e de conclusão do curso a estudantes de cursos presenciais de graduação, viabilizar igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e para a redução das taxas de retenção e evasão, tendo como público prioritário os estudantes provindos da rede pública de ensino ou com uma renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

A assistência estudantil é uma modalidade de assistência social, e como tal, nada tem a ver com assistencialismo. Atualmente, ambas as assistências trabalham com programas de repasse de renda, como superação das condições de vulnerabilidade socioeconômica, com critérios de seleção de beneficiários, sendo o principal a renda *per capita* familiar.

Apesar de denotar incoerência, tendo em vista que o direito social não exige contrapartidas, os critérios de seleção se tornam necessários para assegurar os recursos a quem comprova real necessidade de recebimento.

Desta forma, o presente trabalho analisou o Programa Bolsas de Permanência (PBP), da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), sob uma perspectiva da eficiência percebida pelos acadêmicos beneficiados, ao mesmo tempo em que traçou o perfil e investigou suas demandas e expectativas em relação ao programa e à assistência estudantil no geral.

Em relação ao perfil acadêmico dos contemplados no programa, conclui-se, de maneira geral, que são jovens, que estudam no período diurno, são predominantemente do sexo feminino e rio-grandenses, são dependentes economicamente dos pais ou familiares, necessitam das três modalidades de auxílios do programa, e apresentam uma renda familiar mensal inferior a dois salários mínimos nacionais. Com relação a esta última constatação, sem fazer um cruzamento com o número de elementos familiares, se percebe que a renda mensal familiar se aproxima do critério de renda *per capita* familiar, que é de um salário mínimo e meio, o que denota a dificuldade financeira que enfrentam.

A grande maioria dos alunos identifica a finalidade do programa e entende porque a manutenção do benefício está atrelada ao rendimento acadêmico e à frequência no curso. Resumidamente, os alunos reconhecem que o programa permite dar continuidade aos estudos, manter o vínculo institucional no tempo

devido do curso, contribuir para seu bem-estar, assegurar dedicação integral à sua formação, evitar a evasão, etc.

Embora o programa tenha sido apontado como responsável por viabilizar a sua permanência na universidade, os alunos manifestaram a necessidade de adequação dos valores pagos, pois são atualmente insuficientes, necessitando de complementação por outras fontes de renda. Há ainda os que manifestaram a necessidade de receber os três auxílios do programa.

No que diz respeito ao valor dos auxílios, sugere-se que se aproximem do valor de um salário mínimo nacional, valor que é considerado como renda mínima para subsistência de um indivíduo.

Algumas queixas dos alunos dizem respeito à localização do campus, que é distante do centro e não apresenta no entorno uma estrutura adequada, o que eleva gastos com alimentação e transporte. Em relação à moradia, parece haver uma especulação imobiliária nas cidades-sede da UNIPAMPA. Seria interessante a realização de um trabalho de conscientização por parte da UNIPAMPA, junto às prefeituras e às entidades de classe em suas cidades-sede, para encontrarem soluções de desenvolvimento e receptividade, e não de especulação.

O restaurante universitário foi apontado como principal reivindicação na área de assistência estudantil, seguido pela oferta de cursos de idiomas e de moradia estudantil, transporte, cultura/esporte/lazer, auxílio a eventos, atenção à saúde física e mental, inclusão digital, apoio pedagógico e acessibilidade, creche e outras. A instituição deverá buscar atender a estas demandas ainda descobertas.

Os alunos relataram também que as bolsas de permanência contribuem para a aquisição de material de estudo, como polígrafos, impressão de trabalhos, compra de livros, participação em eventos e em atividades de campo. Assim como ocorre na assistência social, o repasse de renda dá autonomia aos sujeitos, para que invistam naquilo que julgam necessário para sua vida e subsistência. Propõe-se à instituição criar um programa específico para que o aluno possa dispor de auxílio financeiro para atender a esta e outras demandas relacionadas à formação acadêmica.

Percebe-se, pelas pontuações dos alunos, a necessidade de intervenção ou acompanhamento pelas assistentes sociais, inclusive no que tange a um trabalho de conscientização em relação à assistência estudantil como direito social do aluno.

Além disso, sugere-se à instituição investir na informatização dos processos do programa, a fim de garantir maior eficiência, controle e transparência no processo, especialmente em relação à seleção.

Nesse aspecto, é oportuno o exposto em um artigo sobre governo eletrônico:

para responder melhor aos novos tempos e exigências do cidadão, os governos estão introduzindo uma série de modificações, tais como o uso intensivo da tecnologia da informação e da Internet. [...]. O enfoque principal está voltado para a busca de eficiência, transparência, democratização, impessoalidade e publicidade dos atos da administração pública (GOES & DAMASCENO, 2004, p.01)

O processo de pagamento também deverá ser aperfeiçoado, com o intuito de evitar eventuais atrasos.

Por fim, apesar de os trabalhos encontrados na área serem mais voltadas para a educação e o serviço social, a contribuição do administrador na construção de uma sociedade mais justa e igualitária é nitidamente perceptível, na medida em que este profissional auxilia na proposição de serviços adequados aos usuários.

6 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

ARAUJO, Josimeire de Omena. **O elo assistência e educação**: análise assistência/desempenho no programa residência universitária alagoana. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Assistência Estudantil e Aspectos Epistemológicos, Conceituais e Operacionais. In: **47ª Reunião Ordinária do FONAPRACE**, 2010, Brasília.

AVILA, Jorge de. **Pesquisa em Administração**. Caderno Didático. Santa Maria: Departamento de Ciências Administrativas/UFSM, 2002.

AVILA, Jorge. **Marketing I**. Caderno Didático. Santa Maria: UFSM, 2002.

AZAMBUJA, Evelise Freire de. **As Perspectivas Conceituais da Política de Assistência Social Evidenciadas nas Ações de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)**. Trabalho final de graduação (Curso de Serviço Social). Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2010.

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BARRETO, Walewska Faria A. **O Programa de Bolsas de Manutenção Acadêmica como estratégia da política de assistência ao estudante na UFPE**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Cultura e Mudança Organizacional**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, Brasília: CAPES/UAB, 2010.

BRASIL. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em <www.planalto.gov.br/.../Decreto/D7234.htm>. Acesso em 05 de março de 2011.

_____. **Plano Nacional de Assistência Estudantil.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 05 de maio de 2011.

_____. Decreto Nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010. Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas nas modalidades bolsas de permanência e bolsas de extensão, por instituições federais de educação superior a estudantes de cursos de graduação, para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária.

_____. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: MEC, 2007.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa.** São Paulo: FTD, 1996.

CAVA, Bruno. Muito além da assistência estudantil. **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis.** 18 fev.2008. Disponível em <http://www.ufpa.br/fonaprace/index.php?option=com_content&view=article&id=57:muito-alem-da-assistencia-estudantil&catid=1:ultimasnoticias&Itemid=50>. Acesso em 19 de setembro de 2010.

CAVALCANTE, Maria Cleide Lima Pereira. **Políticas de Educação Superior: acesso e permanência de estudantes trabalhadores dos cursos noturnos (1996-2006).** Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande: UCDB, 2008.

COELHO, Ricardo Corrêa. **O Público e o Privado na Gestão Pública.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, Brasília: CAPES/UAB, 2009.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Tabela de Áreas de Conhecimento. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>. Acesso em 29 de maio de 2011.

FERRER, Florencia et al. **Gestão Pública Eficiente: impactos econômicos de governos inovadores.** 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

FINATTI, Betty Elmer. **Assistência Estudantil na Universidade Estadual de Londrina/UEL.** Dissertação (Mestre em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

GOES, Hélio Santos de O.; DAMASCENO, José Carlos dos S. **Governo Eletrônico: uma proposta de cidadania, democracia e inclusão na “Era Digital”**. Adcontar, Belém, v. 5, n.1. p. 15-34, junho, 2004.

KANAANE, Roberto Kanaane; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças (orgs.). **Gestão Pública: planejamento, processo, sistemas de informação e pessoas**. São Paulo: atlas, 2010.

KOTLER, Philip. **Marketing**. São Paulo: Atlas, 1985.

KUVIATOSZ, Sandra Eliane; FURINI, Ivanir. Permanência do aluno no ensino superior: a filantropia construindo a acessibilidade. In: KULLMANN, Geila Gonçalves et al. **Apoio Estudantil: reflexões sobre o ingresso e a permanência no ensino superior**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.

MALACARNE, Vilmar. **Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Sul: do assistencialismo a cidadania**. Dissertação (Mestrado em Educação). Santa Maria: UFSM, 1997.

MENEZES, Josilene Estácio. **A política de assistência ao estudante: a bolsa de trabalho como instrumento de direito para a formação do aluno no CEFET-AL**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa Nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em 05 de março de 2011.

_____. **Pnaes**. Disponível em <portal.mec.gov.br>. Acesso em 20 de dezembro de 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Como calcular a renda familiar per capita. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/como-calcula-a-renda-familiar-per-capita>>. Acesso em 30 de maio de 2011.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (org). **Universidade e Democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

REUNI. In: **Site do Governo Federal**. Disponível em <portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em 05 de março de 2011.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.
SACRAMENTO, Weverton Pereira do. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Ouro Preto: UFOP, 2008.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. SIPE-BRASIL. Disponível em <www.sipe.ufms.br/>. Acesso em 06 de maio de 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Manual de Estrutura e Apresentação de Monografias, Dissertações e Teses (MDT)**. 6. ed. Santa Maria, [20--?]. Disponível em <<http://www.ufsm.br/adm/>>. Acesso em 05 de março de 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA. Disponível em <www.unipampa.edu.br>. Acesso em 05 de março de 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Edital UNIPAMPA Nº 29/09, de 22 de maio de 2009. Dispõe sobre a inscrição e seleção de candidatos ao Programa Bolsas de Permanência (PBP) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Disponível em <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/praaec/documentos/pbp/>>. Acesso em 06 de maio de 2011.

_____. Edital PRAEC/UNIPAMPA Nº 01/10, de 12 de março de 2010, retificado em 22 de julho de 2010 pelo Edital PRAEC/UNIPAMPA Nº 04/10. Dispõe sobre a Inscrição e a Seleção de candidatos ao Programa Bolsas de Permanência (PBP) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Disponível em <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/praaec/documentos/pbp/>>. Acesso em 06 de maio de 2011.

_____. Edital PRAEC/UNIPAMPA Nº 05/10, de 22 de julho de 2010. Dispõe sobre a Inscrição e a Seleção de candidatos ao Programa Bolsas de Permanência (PBP) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Disponível em <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/praaec/documentos/pbp/>>. Acesso em 06 de maio de 2011.

_____. Instrução Normativa Nº 05/09, de 19 de maio de 2009. Dispõe sobre o Programa Bolsas de Permanência (PBP) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Disponível em < <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/praaec/documentos/pbp/>>. Acesso em 06 de maio de 2011.

_____. **Projeto Institucional da Unipampa**. 9 de julho de 2009. Disponível em <<http://moodle.unipampa.edu.br>>. Acesso em 15 de julho de 2011.

_____. **Relatório Programa Bolsas de Permanência/PBP 2009**. Pró-Reitoria Adjunta de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAAEC), São Borja, [2009].

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração**. Florianópolis: UFSC, 2009; Brasília: CAPES, 2009.

7 APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Com o propósito de conhecê-lo melhor e de avaliar o Programa Bolsas de Permanência, pedimos a colaboração de você, bolsista, para que responda com seriedade e franqueza este questionário:

1 – Bolsa(s) PBP que você recebe atualmente:

() Alimentação () Moradia () Transporte

2 - Sexo: () Feminino () Masculino

3 – Idade: _____

4 – Naturalidade (indique também o estado): _____

5 – Origem: () Rural () Urbana

6 – Estado Civil

() Solteiro(a) () Casado(a) () Viúvo(a) () União estável () Separado (a)

7 – Campus: () Alegrete () Bagé () Caçapava () Dom Pedrito () Itaqui

() Jaguarão () S. Livramento () S. Borja () S. Gabriel () Uruguaiana

8 – Curso: _____ 9 – Semestre Atual: _____

10 – Período do curso: () integral () matutino () noturno

11 – Já possui algum curso superior? () Sim () Não

12 – Sua educação básica (Fundamental e Médio) foi realizada em:

() Escola pública () Escola particular () Escola pública e Escola particular

13 – Na educação básica (Fundamental e Médio), já repetiu de ano?

() Não () Sim, um ano () Sim, dois ou mais anos

14 – Fez algum cursinho preparatório para o Enem/Vestibular?

() Sim (extensivo) () Sim (intensivo) () Não

15 – Principal motivo da escolha pelo curso:

() Influência da família () Profissão bem remunerada

() Empregabilidade () Possibilidade de concurso

() Vocação/Afinidade () Disponível em minha cidade de origem

() Possibilidade de conciliar com trabalho () Outro. Qual(is): _____

16 – Renda Familiar Mensal

() Até R\$1.000 () De R\$1.001 até R\$2.000 () De R\$2.001 até R\$3.000

() De R\$3.001 até R\$4.000 () Acima de R\$4.000

17 – Número de dependentes da renda familiar: _____

18 – Quem é o principal provedor de seu núcleo familiar:

() você () pai () mãe () esposo/a () irmão/ã () outro(s)

19 – Grau de escolaridade do principal provedor da família:

() Analfabeto (a) () Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Fundamental Completo () Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Completo () Ensino Superior Incompleto

() Ensino Superior Completo () Pós-graduação/Mestrado/Doutorado

20 – Mora atualmente com: () família () colegas () parentes () amigos

() outros. Quem? _____

21 – Você tem computador? () Sim () Não

22 – Você acessa a Internet principalmente em:

() casa () trabalho () universidade () lan-house () não acessa

23 – Bens imóveis próprios (incluindo rurais) de seu núcleo familiar:

() Sem imóveis () Um imóvel () Dois ou mais imóveis

24 – Veículos da família (inclusive para o trabalho):

() Não possui veículo () Um () Dois ou mais

25 – Forma de manutenção (pode marcar mais de uma opção):

() Mesada (família) () Bolsa(s) PBP () Bolsa PBDA

() Trabalho formal () Trabalho informal

() Benefícios sociais () Pensão alimentícia () Outro. Qual? _____

26 – Sua renda de manutenção mensal:

abaixo de 330,00 330,00 a 500,00 acima de 500,00

27 – Com base em suas necessidades, você sente falta de ações em qual(is) área(s) (marque quantas achar necessário):

alimentação (restaurante universitário) moradia estudantil
 transporte atenção à saúde física e mental
 inclusão digital cultura, esporte e lazer
 creche cursos de idiomas
 apoio pedagógico acessibilidade
 auxílio a eventos outras, qual (is)? _____

28 – Você considera que os valores recebidos na(s) bolsa(s) PBP suprem suas necessidades com alimentação, moradia e transporte (conforme o caso)?

Totalmente Parcialmente São insuficientes

Explique. _____

29 – De forma geral, qual o grau de satisfação em relação ao PBP?

Muito Satisfeito Satisfeito Insatisfeito

Explique. _____

30 – Você encontra alguma dificuldade para freqüentar seu curso?

Sim. Qual(is)? _____
 Não.

31 – Você teve alguma dificuldade no ingresso à UNIPAMPA?

Sim. Qual(is)? _____
 Não

32 – Você participa de eventos (palestras, jornadas, seminários, congressos, etc) na UNIPAMPA?

Sim Não. Por quê? _____

33 – Você participa de projetos de pesquisa, extensão, ensino, etc (com ou sem ganho de bolsas) na UNIPAMPA?

Sim. Qual(is)? _____
 Não

34 – Qual seria a sua situação sem os benefícios? (marque apenas uma opção)

Continuar estudando da mesma forma
 Teria que prolongar meu tempo na universidade
 Pediria auxílio a parentes
 Iria trabalhar e continuaria estudando
 Suspenderia o curso
 Outro. Qual? _____

35 – Qual a relação entre a bolsa PBP e seu rendimento acadêmico?

36 – Como você avalia cada uma das etapas e processos do PBP (dê notas de 01 a 10). (Pense em aspectos como transparência, facilidade, clareza, adequação, apoio, etc).

| Processos | Nota |
|---|------|
| Periodicidade | |
| Divulgação do programa | |
| Divulgação de resultados | |
| Linguagem do edital | |
| Prazos do programa | |
| Ficha de inscrição | |
| Apresentação de documentos | |
| Seleção | |
| Pagamento do(s) benefício(s) | |
| Avaliação (para manutenção ou não das bolsas) | |
| Orientações prestadas | |
| Acompanhamento do bolsista | |

37 – Caso desejar, exponha sua opinião sobre o PBP (críticas, sugestões, elogios, reclamações, etc)

APÊNDICE B – Respondentes por Área de Conhecimento

| Área | Curso | N.Alunos | Total |
|----------------------------|--|----------|-------|
| Letras e Artes | Letras | 8 | 8 |
| | Geofísica | 4 | |
| Ciências Exatas e da Terra | Geologia | 1 | |
| | Ciência da Computação | 1 | |
| | Ciências da Natureza | 3 | |
| | Licenciatura em Ciências Exatas | 6 | |
| | Licenciatura em Química | 4 | |
| | Licenciatura em Física | 4 | 23 |
| Ciências Biológicas | Ciências Biológicas | 11 | |
| | Gestão Ambiental | 7 | 18 |
| Engenharias | Engenharia Química | 20 | |
| | Engenharia de Produção | 6 | |
| | Engenharia Elétrica | 1 | |
| | Engenharia Civil | 1 | |
| | Engenharia de Computação | 4 | |
| | Engenharia Mecânica | 2 | 34 |
| Ciências da Saúde | Enfermagem | 1 | |
| | Fisioterapia | 4 | |
| | Farmácia | 3 | |
| | Nutrição | 3 | 11 |
| Ciências Sociais Aplicadas | Administração | 12 | |
| | Turismo | 1 | |
| | Economia | 1 | |
| | Serviço Social | 17 | |
| | Publicidade e Propaganda | 12 | |
| | Jornalismo | 11 | |
| | Relações Públicas | 5 | |
| | Tecnólogo em Gestão Pública | 9 | 68 |
| Ciências Agrárias | Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente | 6 | |
| | Engenharia Florestal | 5 | |
| | Engenharia Agrícola | 1 | |
| | Zootecnia | 11 | |
| | Medicina Veterinária | 4 | |
| | Engenharia de Alimentos | 3 | |
| | Agronomia | 11 | |
| | Aquicultura | 3 | |
| | Ciência e Tecnologia Agroalimentar | 1 | |
| | Tecnologia em Agronegócio | 1 | 46 |
| Ciências Humanas | Ciência Política | 4 | |
| | Pedagogia | 3 | |
| | Relações Internacionais | 1 | 8 |
| Multidisciplinar | Biotecnologia | 2 | 2 |
| Total válido | | 218 | 218 |
| Não informou | | 2 | 2 |
| Total | | 220 | 220 |

8 ANEXOS

ANEXO A – Instrução Normativa nº 05/2009



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
GABINETE DA REITORIA

Caixa Postal 07
CEP 96.400-970 BAGÉ/RS
Telefone: 53 3247 4549 Endereço eletrônico: reitoria@UNIPAMPA.edu.br

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/09, DE 19 DE MAIO DE 2009

Esta Instrução Normativa dispõe sobre o Programa Bolsas de Permanência da Universidade Federal do Pampa.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 113, de 22 de janeiro de 2008, do Ministro do Estado da Educação,

CONSIDERANDO a Portaria Normativa nº 39, de 12 de Dezembro de 2007 que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES;

CONSIDERANDO a assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal;

CONSIDERANDO a necessidade de melhorar as condições de estudo e permanência dos estudantes de graduação,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o Programa Bolsas de Permanência – PBP - da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 2º - O Programa Bolsas de Permanência da UNIPAMPA consiste na concessão de bolsas aos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com finalidade de melhorar o desempenho acadêmico e prevenir a evasão.

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 3º - São beneficiários do Programa Bolsas de Permanência os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UNIPAMPA, excetuando os casos de trancamento total da matrícula, que apresentem comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica.

DAS FINALIDADES

Art. 4º - São finalidades do Programa Bolsas de Permanência:

- I - Favorecer a permanência dos estudantes na universidade, até a conclusão do respectivo curso;
- II - Diminuir a evasão e o desempenho acadêmico insatisfatório;
- III - Reduzir o tempo médio de permanência dos estudantes na graduação.

DAS MODALIDADES

Art. 5º - O Programa Bolsas de Permanência será implementado nas seguintes modalidades:

- I - Bolsa Alimentação;
- II - Bolsa Moradia;
- III - Bolsa Transporte.

Parágrafo Único - O estudante, com comprovada necessidade, poderá ser contemplado com mais de uma modalidade de bolsa.

DA COMISSÃO INSTITUCIONAL

Art. 6º - A Comissão Institucional – CI - será constituída da seguinte forma:

I - A CI será integrada pelos Pró-Reitores Adjuntos de Assuntos Estudantis e Comunitários, de Ensino de Graduação, de Extensão e de Pesquisa, como membros natos, pelos 10 (dez) coordenadores das Comissões Locais do PBDA, por representante discente e por representante do Ministério Público.

II - A CI será presidida pela Pró-Reitora Adjunta de Assuntos Estudantis e Comunitários.

III - Os mandatos dos membros da CI serão de dois anos e podem ser renovados por igual período.

Art. 7º - São atribuições da Comissão Institucional:

I - Encaminhar ao Conselho de Dirigentes da Universidade proposta sobre o valor das bolsas;

II - Supervisionar e avaliar o Programa Bolsas de Permanência;

III - Designar equipe técnica que analisará o mérito das solicitações de bolsa, conforme a situação de vulnerabilidade dos alunos;

IV - Requisitar parecer de equipe técnica sobre situação de vulnerabilidade dos estudantes;

VI - Appreciar o mérito e conceder bolsas, considerando parecer emitido pela equipe técnica;

VII - Estabelecer prioridades de concessão das bolsas quando o valor total da demanda for superior ao montante dos recursos disponíveis;

VIII – Analisar os recursos interpostos pelos estudantes;

IX - Zelar para que seja cumprido o disposto nesta Instrução Normativa e no Edital de Seleção dos Bolsistas.

§ 1º - A equipe técnica será composta por servidores técnicos administrativos em educação e por docentes da UNIPAMPA com qualificação na área.

§ 2º - A equipe técnica analisará os documentos comprobatórios da situação socioeconômica e efetuará, quando necessário, entrevistas individuais e visitas domiciliares.

§ 3º - A equipe técnica emitirá parecer sobre o mérito da concessão das bolsas aos estudantes.

DOS CRITÉRIOS PARA A INSCRIÇÃO

Art. 8º - Os critérios para inscrição no Programa Bolsas de Permanência são:

I - Estar regularmente matriculado em curso de graduação da UNIPAMPA em, no mínimo, 20 horas/aula semanais, exceto os formandos;

II - Nos casos de renovação, apresentar desempenho acadêmico satisfatório, obtendo aprovação em, no mínimo, 60% dos créditos matriculados no semestre anterior e não tendo reprovação por frequência em nenhuma disciplina no semestre anterior;

III - Preencher o formulário específico do programa (disponível no site www.unipampa.edu.br), e entregá-lo pessoalmente na Secretaria Acadêmica de cada Campus;

IV - Comprovar renda familiar mensal *per capita* não excedente a 1 (um) salário mínimo nacional;

V - Apresentar os documentos referentes à composição familiar, renda, situação patrimonial, comprovação de residência e situação acadêmica, que comprovem a situação de vulnerabilidade socioeconômica do discente e fundamentem a concessão de bolsa(s), conforme detalhado no Edital.

§ 1º - A bolsa poderá ser renovada até o limite de dois semestres além da duração mínima do curso.

§ 2º - A inscrição do candidato implica em compromisso tácito de aceitar as condições estabelecidas nesta Instrução Normativa.

§ 3º - Será automaticamente indeferida a inscrição do candidato que tenha apresentado documentação: incompleta, fora dos prazos definidos no Edital, com cópias ilegíveis, ou que denote incoerência com os dados informados.

§ 4º - As fotocópias dos documentos poderão ser autenticadas por servidor da UNIPAMPA caso o aluno apresente o documento original no momento da inscrição.

§ 5º - A equipe técnica poderá, a qualquer tempo, realizar entrevista individual, visita domiciliar ou solicitar documentos adicionais para dirimir quaisquer dúvidas ou obter esclarecimentos complementares.

§ 6º - A omissão ou falsidade de informações pertinentes à seleção resultará em exclusão do processo, sem prejuízo às demais medidas cabíveis, pois segundo o art. 299 do Código Penal (Decreto-lei nº 2848/1940) é crime "omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante".

DOS PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO DOS BOLSISTAS

Art. 9º - Para fins de seleção, serão utilizados os seguintes procedimentos:

I - Deferimento da inscrição pela equipe técnica, após análise das informações e da documentação comprobatória apresentada pelo candidato;

II - Divulgação do deferimento e do indeferimento das inscrições dos candidatos.

II - Avaliação socioeconômica pela equipe técnica;

III - Apreciação e decisão sobre o mérito e a concessão das bolsas pela Comissão Institucional;

IV - Divulgação dos resultados;

V - Apreciação de recursos encaminhados pelos estudantes à Comissão Institucional de Bolsas.

Parágrafo Único - O indeferimento não impede o estudante de pleitear bolsa no período letivo seguinte.

DOS RECURSOS

Art. 10 - Caberá recurso contra os resultados da seleção em até 48h (quarenta e oito horas) após a sua divulgação. O estudante que desejar interpor recurso deverá endereçá-lo à Comissão Institucional de Bolsas pelo correio eletrônico praec@unipampa.edu.br. Caberá à Comissão a análise dos recursos interpostos no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

§ 1º - Não serão recebidos recursos extemporâneos.

§ 2º - Não serão aceitos pedidos de revisão das decisões de recurso.

QUANTIDADE, VALOR E FONTE DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 11 - A quantidade e o valor das bolsas, nas modalidades previstas, serão periodicamente estabelecidos, de acordo com os recursos disponibilizados pela Universidade, e devem estar definidos em Edital.

Art. 12 - Os recursos alocados ao Programa Bolsas de Permanência deverão ser usados exclusivamente para pagamento de bolsas nas modalidades, prazos e valores definidos conforme esta Instrução Normativa.

DOS DEVERES DOS BOLSISTAS

Art. 13 - Cumpre aos estudantes do Programa Bolsas de Permanência:

I - Não repassar o benefício a outro estudante;

II - Realizar abertura da conta corrente em nome próprio, conforme indicações;

III - Requerer seu benefício periodicamente;

IV - Em caso de desistência, solicitar à Pró-Reitoria Adjunta de Assuntos Estudantis e Comunitários, por escrito, o cancelamento do benefício;

V - Comunicar à Pró-Reitoria Adjunta de Assuntos Estudantis e Comunitários quando for contratado para atividade remunerada ou tiver alteração no rendimento acadêmico.

Parágrafo Único. O não cumprimento de qualquer dos deveres supramencionados, implicará na perda do benefício, sem possibilidade de nova concessão.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14 – É permitida a acumulação de bolsa(s) do Programa Bolsas de Permanência com Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico (PBDA).

Art. 15 – Será permitida a inscrição de estudante que exerça atividade remunerada de trabalho, respeitado o limite de renda definido no artigo 8º, item IV desta Instrução Normativa.

Art. 16 – Os casos omissos nesta Instrução Normativa deverão ser encaminhados para apreciação e deliberação da Comissão Institucional do Programa Bolsa de Permanência.

Art. 17 - Esta Instrução Normativa será objeto de avaliação e revisão ao término do Programa Bolsas de Permanência 2009.

Maria Beatriz Luce
Reitora pro tempore